



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E ENSINO

GLÓRIA MARIA CARVALHO DE ALENCASTRO FEITOSA

OS DISCURSOS DA (E SOBRE) BIBLIOTECA: memórias e histórias; prazeres e serviços.

JOÃO PESSOA

2015

GLÓRIA MARIA CARVALHO DE ALENCASTRO FEITOSA

OS DISCURSOS DA (E SOBRE) BIBLIOTECA: memórias e histórias; prazeres e serviços.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Linguística e Ensino da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro.

JOÃO PESSOA

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO PROFISSIONAL EM LINGUÍSTICA E ENSINO

GLÓRIA MARIA CARVALHO DE ALENCASTRO FEITOSA

OS DISCURSOS DA (E SOBRE) BIBLIOTECA:
memórias e histórias; prazeres e serviços

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Ensino da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 09/10/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Sousa Aldrigue (Examinadora 1)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a Marluce Pereira da Silva (Examinadora 2)
Universidade Federal da Paraíba

Aos meus queridos e inesquecíveis pais
(in memoriam), pelo amor incondicional que
eles tinham por nossa família;

Aos meus filhos, Paula e Pedro Henrique,
que deram um sentido especial à minha vida;

Ao meu querido neto Rafael,
luz e alegria da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A leitura, a escrita e a reflexão sobre o que li, vi e ouvi durante o mestrado, proporcionou-me uma oportunidade de mesclar as minhas experiências profissionais com os conhecimentos teóricos ali apresentados, resultando numa melhor compreensão do tema estudado.

Agradeço ao estimado Prof. Dr. Onireves Monteiro de Castro, meu orientador, pela confiança, pela infinita disponibilidade e delicadeza, pela paciência e generosidade, por todos os ensinamentos e pela impecável condução deste trabalho.

Agradecimento especial à Secretária do Mestrado, Sr.^a Vera Lima, por sua eficiência e carinho, e pela maneira singular como nos acolheu.

Ao Prof. Dr. Dermerval da Hora, pela delicadeza e hospitalidade.

À coordenação e a equipe de professores do Mestrado Profissional em Linguística e Ensino da UFPB, pelos ensinamentos.

À FUNESO pela acolhida nos primeiros meses.

Aos meus colegas de turma, pelo companheirismo, destacando os da “nossa VAN”: Lícia, Kátia, Elíude, Kelly, José Edson, Randal, Rose, Vera, Rosângela, Juliana, Renata, Jacirley, Hugo e Camarotti.

Aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo.

Aos meus amigos pelo grande apoio.

À Deus, por colocar tantas pessoas especiais em minha vida.

OBRIGADA!

“No Egito, as bibliotecas eram chamadas de Tesouro dos Remédios da Alma. De fato, nelas curava-se a ignorância, a mais perigosa das enfermidades e origem de todas as outras”.

Jacques Bénigne Bossuet

RESUMO

A presente proposta de pesquisa tem como objetivo discutir sobre as perspectivas de funcionamento do espaço da biblioteca na diversidade operativa da modernidade. A pesquisa é de caráter qualitativo, muito embora, possa apresentar dados quantitativos que servirão de subsídios para avaliação de dados. O espaço para a geração de inferências do processo de investigação será a Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, situada no município do Recife – PE. O pensamento contemporâneo parece orientar novos “formatos” para pensar a biblioteca, especialmente no que se refere ao atendimento das necessidades dos seus usuários imediatos (alunos e professores) e comunidade em geral. Neste estudo serão apontadas as missões da biblioteca, considerados o percurso histórico de sua constituição e o estado atual, frente às exigências da pós-modernidade. A pesquisa contemplará a realização de coleta de dados através de revisão bibliográfica e consulta a documentos oficiais. Estaremos nos baseando nas considerações teóricas de Milanesi (2002) e Cunha (2010). A partir do material de referência e, em tal caso, poderemos nos balizar pelos entremeios da Análise do Discurso, para empreender análises e identificação de problemas para, então, passarmos ao princípio norteador da sistemática de operação que poderá ser proposta, em se tratando de possíveis ações futuras, para a biblioteca ser, além do espaço de história e memória, igualmente um lugar de serviços includentes e ações prazerosas.

Palavras-chave: Biblioteca universitária; Atendimento; Pós-modernidade.

ABSTRACT

The proposed research aims to discuss the financing prospects of library space in the operative diversity of modernity. The research is qualitative, though , can provide quantitative data that will serve as input for data evaluation. The space for the generation of inferences of the research process will be the Central Library of the Federal University of Pernambuco, located in the city of Recife – PE. Contemporary thought seems to guide new " formats " to think the library , especially when it comes to meeting the needs of their immediate users (students and teachers) and the general community. In this study will be pointed out the library missions, considered the historical background of its constitution and the current state , facing the requirements of postmodernity . The research will include performing data collection through an extensive review and consultation to official documents. We will be based on the theoretical considerations of Milanese (2002) and Cunha (2010) . From the reference material can undertake analysis and identification of problems and, in such a case, we can mark out for the inset of discourse analysis, for than move to the guiding principle of systematic operation could be raised in the case of possible future action to be library, in addition to history and memory space also a place of inclusive services and pleasurable actions.

Keywords: University Library; Service; Postmodernity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AD – Análise do discurso

ASCOM – Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco

BC – Biblioteca Central

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BN – Biblioteca Nacional

CAA – Centro Acadêmico do Agreste

CAC – Centro de Artes e Comunicação

CAP – Colégio de Aplicação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAV – Centro Acadêmico de Vitória

CCB – Centro de Ciências Biológicas

CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCJ – Centro de Ciências Jurídicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CCSA – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

CE – Centro de Educação

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

COMUT – Comutação bibliográfica

CONECT[E] – Setor de Inovação Educacional da Universidade Federal de Pernambuco

CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia

CTG – Centro de Tecnologia e Geociências

DA – Divisão de Aquisição

DAU – Divisão de Apoio ao Usuário

DEN – Departamento de Energia Nuclear

DPT – Divisão de Processamento Técnico

IES – Instituições de Educação Superior

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

MEC – Ministério de Educação e Cultura

PROCIT – Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia de Informação da Universidade Federal de Pernambuco

SCB – Serviço Central de Bibliotecas

SIB/UFPE – Sistema de Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TICs– Tecnologias da Informação e Comunicação

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UR – Universidade do Recife

USAID - United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO/PESQUISA.....	14
3	OBJETIVOS (E METAS).....	16
3.1	Geral.....	16
3.2	Específicos.....	16
4	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	16
4.1	Contexto da pesquisa.....	17
	Capítulo II	
1	UM POUCO DE TEORIA - BASES TEÓRICAS PARA O NOSSO ESTUDO.....	19
2	OS DISCURSOS DA (E SOBRE) A BIBLIOTECA.....	20
2.1	A biblioteca e a produção de conhecimentos.....	21
2.2	Origem da biblioteca.....	23
2.3	Conceitos de biblioteca	25
2.4	Tipos de biblioteca.....	26
2.5	A importância da biblioteca ao longo da história.....	27
	Capítulo III	
1	A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NO BRASIL.....	33
2	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	35
2.1	Objetivos da biblioteca universitária.....	38
2.2	O impacto das TICs na biblioteca universitária.....	41
2.3	Produtos e serviços na biblioteca universitária.....	44
2.4	Origem do Sistema de Bibliotecas da UFPE – SIB/UFPE.....	46
3	DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (Uma proposta interventiva)	51
3.1	Mediação da Informação.....	55

4	PROPOSTAS.....	57
4.1	Atividades de extensão e dinamização.....	57
4.2	Guia Instrucional.....	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	62
	ANEXOS	
	ANEXO A (Lei nº 10.861, de 14/04/2004).....	70
	ANEXO B (Lei nº 9.394, 20/12/1966, art. 9º).....	78
	ANEXO C (Decreto-lei nº 9.388, 20/06/1946)	80
	APÊNDICE (Guia Instrucional)	

1 INTRODUÇÃO

A nossa perspectiva adotada para o trabalho a que pretendemos construir está voltada para os pressupostos do que consideramos atendimento qualitativo e includente no espaço da biblioteca. Atender com qualidade aos seus usuários é o maior desafio das bibliotecas na atualidade. Por seu turno, a inclusão aparece como um paradigma moderno para garantir aos usuários o acesso aos bens culturais humanos por vias modernas de instrução.

Esse questionamento manifestado sutilmente no presente texto, sobretudo em se tratando de tema de inclusão, evidencia uma série de práticas e concepções que foram construídas por séculos sobre e para com a biblioteca. Assim, o nosso olhar agudo requer a nossa inclusão como pesquisadora no espaço/tema com o qual lidamos, pois somos parte do instrumental humano que faz com que a biblioteca funcione no cotidiano auxiliar e essencial da instrução humana no seio universitário.

É conveniente ressaltar que a nossa pesquisa tem como referencial a Biblioteca Central da Universidade Federal do Pernambuco – BC/UFPE, sediada no Campus Universitário da UFPE, na Avenida Reitor Joaquim Amazonas, s/nº, bairro Cidade Universitária, Recife – PE.

O discurso da biblioteca implica referências basilares do seu papel funcional na preservação da memória e da história, assim como na organização de obras específicas e produção, disseminação de informações e gerenciamento de conhecimento. Tal condição histórica tem sido modificada ao longo dos tempos, muito embora os registros que norteiam e regulamentam a sua personificação social para a comunidade universitária são pela instauração moderada de demonstração criativa de uso potencial.

O discurso sobre a biblioteca, nesse cenário, mantém uma firme relação com a história geral sobre a ideia de biblioteca como cristalizada nos manuais enciclopédicos, mas instaura uma referência nova para o que aponta a criação de alternativas da biblioteca para além do lugar de guardar para consultar, mas ser um espaço para qualificar e formar, demonstrar e expor, inovar. Assim, instaurar a condição de veiculação interativa e crítica de usuários intimistas em novos modos de saber e conviver na contemporaneidade.

As duas abordagens serão tratadas no esteio da Análise de Discurso e, assim, esse entrecruzamento ideal de perspectivas “de” e “sobre” constituem o material sobre o qual poderemos legitimar as análises do que se pode preservar sobre a identidade da noção de biblioteca e os seus constitutivos atuais e necessários de sua condição espacial nas diferentes instâncias que se lhes são requeridas na atualidade.

No cenário atual ocorreram transformações nos hábitos de usos de interações na sociedade da informação. A fluidez com que a informação passou a circular provocou alterações nos processos de construção e de transferência da informação em todos os segmentos sociais, como também a influência das tecnologias e da internet na vida cotidiana.

A academia, como espaço de construção de saberes, não ficou imune a essas alterações. Devido a tudo isso, a biblioteca acadêmica sofreu algumas mudanças, incorporando novos serviços e ferramentas.

As bibliotecas são reconhecidas pelos seus métodos para encontrar, selecionar e difundir informação, devendo assumir a função de intermediar o acesso a recursos informacionais on-line (MARDERO ARRELANO, 2001, p.12).

Para a exposição dos nossos discursos resolvemos trabalhar com a estruturação em capítulos como forma de dar melhor visibilidade aos nossos pressupostos. Assim, o nosso texto introdutório constitui um primeiro momento para demonstrar os processos de elaboração ideais sobre os quais o trabalho foi montado. A biblioteca é o elemento central sobre o qual são manifestadas as melhores descrições espaciais e funcionais.

Aqui, são dados a conhecer os elementos delimitadores do problema, a formulação dos objetivos e os pressupostos teóricos (e metodológicos) reclamados para o tratamento do tema.

No segundo capítulo consideramos as noções de discurso, especialmente os que consideramos discursos sobre/da biblioteca. Para tanto, serão demonstrados os ligamentos operativos dos discursos à luz da disciplina de Análise do Discurso e de autores que discutem as perspectivas da biblioteca com uma interface discursiva e atual. Ressaltamos que não discorreremos sobre a história da Análise do Discurso por entendermos que esteja já consolidada no cotidiano acadêmico, sendo desnecessária uma incursão sobre a sua história.

Um terceiro capítulo versa sobre o discurso constitutivo da biblioteca, especialmente no Brasil, e contempla a formação da biblioteca universitária, seus impactos na atualidade e as propostas interventivas pensadas.

Por fim, são dadas a conhecer as nossas considerações finais, atinando, especialmente, para a nossa inclusão como agente transformador, pelo uso cotidiano de um discurso instituído historicamente, possível de ser pensado em um paradigma discursivo que congregue história, conhecimento, sujeitos e afetos.

2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO / PESQUISA

A biblioteca, enquanto espaço social e de registro histórico-documental, está dividida em setores afins, para melhor atender ao que demanda do seu processo operativo. No caso da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco essa divisão compreende: a) Uma Divisão de Apoio ao Usuário (DAU); b) Divisão de Processamento Técnico (DPT) e c) Divisão de Aquisição (DA).

Anteriormente, a Biblioteca Central da UFPE era um Órgão Suplementar. Os Órgãos Suplementares têm natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante. Foram instituídos para dar suporte as múltiplas tarefas da Universidade e eram diretamente subordinados ao Reitor. Além da Biblioteca Central, a Editora Universitária, o Hospital das Clínicas, o Núcleo de Educação Física e Desportos, o Núcleo de Processamento de Dados e o Núcleo de Rádio e TV, formavam o grupo de Órgãos Suplementares a serviço da Universidade, para fins de ensino, pesquisa e extensão.

Após um grande período, fechada para reforma, a Biblioteca Central da UFPE foi reinaugurada com novo conceito em 18 de julho de 2013. Entre as novidades, 4 auditórios, 6 salas de estudo em grupo (a partir de 3 pessoas); 4 salas multifuncionais para grupos, espaços expositivos, acervo de e-books e o Memorial Denis Bernardes.

A reforma do espaço promoveu não só melhorias na infraestrutura do prédio, mas trouxe, principalmente, um novo conceito para a Biblioteca Central. “A ideia é que a biblioteca passe a ser um Centro de Debates e de Produção, e não apenas de guarda do conhecimento”, explicou o Professor Paulo Cunha durante a solenidade de reinauguração, complementando, “queremos que ela seja um importante espaço

de convivência para os estudantes, técnicos-administrativo e professores da instituição destacou o magnífico reitor Professor Anísio Brasileiro”.

Atualmente, a Biblioteca Central da UFPE, mantém vinculação com uma recém-criada Pró-reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação, doravante PROCIT, e passou a compor o Sistema Integrado de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação da UFPE, instituído através da Portaria Normativa n. 07, de 25 de julho de 2014. Esse Sistema Integrado de Informação é composto pelas seguintes unidades: Assessoria de Comunicação (ASCOM), CONECT[E] – Inovação Educacional, Editora Universitária, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de TV e Rádios Universitárias, Sistema Integrado de Bibliotecas(SIB). Ele é responsável pela implantação e execução da política institucional de comunicação, informação e tecnologia da informação, enquanto a PROCIT, fica responsável pela coordenação e acompanhamento da execução da política institucional de gestão da comunicação, da informação e das tecnologias da informação e processos.

A Biblioteca Central convive, simultaneamente, por um lado, com uma coleção de documentos convencionais, mantendo o seu acervo impresso em estantes formais e, por outro, com o desenvolvimento acelerado de uma coleção de documentos com novos formatos presentes no ambiente digital das tecnologias de informação. Dispõe de E-books; periódicos eletrônicos; bibliotecas digitais; repositórios (temáticos e institucionais); portais de periódicos; bases de dados especializados diversos e possibilidade de uso de ferramentas Web 2.0 – Redes Sociais, Blogs, Twitter, etc.

Inserida no contexto do sistema educacional, a biblioteca acadêmica é item obrigatório no processo de credenciamento, avaliação e credenciamento de cursos, seja na modalidade presencial ou à distância. Diante disso ela é fundamental no papel da universidade que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Justifica-se o desenvolvimento do presente estudo para avaliar se a Biblioteca Central da UFPE, após sua reestruturação e diante das novas tecnologias de informação, está cumprindo a sua missão.

O novo “formato” da Biblioteca Central da UFPE está atendendo às necessidades do seu público-alvo?

3 OBJETIVOS (E METAS)

Dividimos os objetivos em geral e específicos. Abaixo segue a descrição deles.

3.1 Geral

Propor metodologias de trabalho operativo includente e adequado aos princípios de produtos e serviços da Biblioteca Central da UFPE, para alunos e comunidade em geral, frente aos paradigmas discursivos da pós-modernidade.

3.2 Específicos

- Conhecer os discursos cristalizados da e sobre a Biblioteca;
- Estabelecer relações entre os estudos do discurso e da biblioteca apresentando diferentes formas em conceber essa instituição;
- Propor estratégias de intervenção racional e irrestrita pelos diversos setores da comunidade acadêmica (e das circunvizinhanças) de forma a tornar a Biblioteca Central espaço de inclusão em vias de pós-modernidade.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Ao longo do desenvolvimento do processo de construção do nosso objeto de pesquisa, em nosso caso, orientado para o trabalho operativo de inclusão e adequação aos princípios de produtos e serviços da Biblioteca Central da UFPE, para alunos e comunidade em geral, frente aos paradigmas da pós-modernidade.

Reconhecemos a necessidade de ampliação teórica sobre o tema aqui proposto para abordagem e, conseqüentemente, os processos que competem ao desenvolvimento metodológico reclamam novos direcionamentos para a ampliação de nosso intento formal.

Para a nossa pesquisa geral serão usados textos de ordem conceitual em termos de Análise de Discurso e outros, mais específicos, de notória relação com os elementos procedimentais inerentes aos constitutivos da biblioteca e suas funções sociais e históricas. Para tanto, consideramos relevantes os pressupostos contidos em textos de Pêcheux (1990), Vieira (2014), Cunha (2010) e Milanese (2002).

Em se tratando da perspectiva contemporânea da nossa pretensão investigativa e, dada às mudanças na economia, na educação, ideologias, dentre outras, buscamos estudar o que é disponível ao tema considerando a Análise de Discurso em parceria com outras disciplinas e teorias de áreas conexas, tais quais, a Sociolinguística, Biblioteconomia, Arquivologia, Antropologia, História, dentre outras.

Por sua vez e, considerando a inserção do sujeito, no seu dizer e no lugar a partir do qual o discurso é manifestação de sentido, poderemos nos considerar parte integrante e participante da pesquisa, já que exercemos função específica no ambiente da Biblioteca Central da UFPE, objeto de pesquisa.

A pesquisa vai incluir a realização de coleta de dados através de uma extensa revisão bibliográfica e consulta a documentos oficiais. Vamos basear-se na literatura atual, tomando-se por base uma série de questionamentos que poderiam ser advindos das nossas ponderações sobre as potencialidades funcionais da biblioteca e, igualmente, de nossos anseios frente ao que consideramos possível e profícuo em termos de transformação e inclusão.

Os dados advindos da nossa revisão bibliográfica, serão analisados com base nos ditames da Análise de Discurso, doravante AD, tais como: i) memórias discursivas; ii) formação discursiva; iii) interdiscurso e iv) pressupostos discursivos ideacionais (os desejos sobre).

A articulação entre os elementos linguísticos e históricos sobre a biblioteca e, igualmente as referências de e sobre a dimensão social e cultural da biblioteca estarão margeando o nosso dizer.

O emprego conciso entre as dimensões aqui postas nos permitiria (quem sabe) traduzir os aspectos reveladores do passado para a constatação do presente e, sistematicamente, proposição do futuro de intervenção, com elaboração de um guia instrucional dos recursos existentes na Biblioteca Central da UFPE e dos sistemas disponíveis para os usuários, além dos livros e periódicos.

Assim, após o processo de análise dos elementos de coleta (e demais dados inerentes ao processo de pesquisa) poderíamos propor abordagens calcadas em princípios modernos e norteadores do que se considera nova em se tratando dos usos potenciais de uma biblioteca.

4.1 Contexto da pesquisa

O lugar específico de consolidação do trabalho de investigação é a Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, doravante BC/UFPE, situada no Campi 1, localizado na Avenida dos Reitores, s/nº, bairro Cidade Universitária, no município de Recife – PE.

Inaugurada em 1º de abril de 1974, a BC/UFPE tem seu acervo atual composto por impressos, eletrônicos, multimídia e de memória. Ela atende a 78 cursos de graduação e 106 cursos de Pós-Graduação. Ressaltamos a existência de bibliotecas setoriais, mesmo assim a BC/UFPE é referência.

Sua estrutura organizacional está formada por: Diretoria, Coordenação Administrativa, Secretaria, Divisão de Aquisição, Divisão de Processamento Técnico, Setor de Catalogação na Fonte, Divisão de Apoio ao Usuário, Setor de Empréstimo/Acervo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, Memorial Denis Bernardes, Setor do COMUT, Estação da Pesquisa, Ouvidoria, Orientação a Trabalhos Acadêmicos, Contabilidade, Empenhos e Pagamentos, Licitações, Contratos e Compras.

A BC/UFPE oferece os seguintes serviços: empréstimo domiciliar, renovação, reserva e pesquisa online, consultas locais, orientação ao uso do acervo, sala de pesquisa (base de dados bibliográficos), COMUT, acesso ao portal de periódicos CAPES, catalogação na fonte (teses, dissertações), orientação a normalização de trabalhos acadêmicos da UFPE, acesso à BDTD, visitas dirigidas e exposições. Seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira das 08h às 21h.

CAPÍTULO II

1 UM POUCO DA TEORIA – BASES TEÓRICAS PARA O NOSSO DISCURSO

A noção de discurso aqui adotada é advinda da corrente francesa da Análise de Discurso. Surgida na década de 1960, a disciplina, como afirma Brandão (2003, p. 15) sem dúvida, hoje, "ela atingiu sua maturidade teórica". Não é nosso intento traçar o percurso histórico pelo qual a disciplina se consolidou, mas dar a conhecer as noções de base sobre as quais estaremos nos pautando para tecer os elementos discursivos com os quais estamos trabalhando.

É conveniente estabelecer que as concepções originárias de Pêcheux, especialmente sobre discurso (sobre e de), assim como as perspectivas nas quais a Análise de Discurso trata do sujeito e da ideologia, são adotadas por nós para a formulação do nosso pensamento ao lidarmos com o tema aqui proposto.

Em Brandão (2003, p.18) percebemos uma perspectiva linear de concepção de análise de discurso que preconiza a passagem do princípio lexicológico para o discursivo (enunciativo), como nos moldes de Dubois (*apud* MALDIDIER, 1994, p.176).

Jakobson (1963, *apud* Brandão, 2003, p.18) e Benveniste (1966, *apud* Brandão, 2003, p. 28) são ressaltadas as concepções distintivas, concordantes com o fato de que o texto não se apresenta como manifestação de uma dada língua, isto é, como uma espécie de repertório de signos, mas de múltiplas combinações e, assim, como uma ideia assumida por um sujeito que exercita uma concepção ao dizer o que diz.

O sentido de uma palavra, ao que parece, não reside na palavra literalmente, mas nos ditames ideológicos postos em pauta no momento (e no modo) como é proferida (PÊCHEUX, 1990, p. 49). As posições assumidas pelo sujeito que discursa e suas formações discursivas são como que reguladas por uma força maior, a ideologia.

As formações discursivas, por seu turno, não são mais concebidas em decorrência de espaços fechados, mas constitutiva por elementos de outros lugares (e outras formações discursivo-ideológicas) e, assim, surge a noção de interdiscursividade.

A partir do surgimento da Pragmática e, mais tarde, das incursões de estudos linguísticos convergentes em Bakhtin, a Análise de Discurso ganha um novo propósito para lidar com concepções interacionistas.

A linguagem passa a ser entendida como uma forma de interação social e a ideia de sentido assume uma condição vinculada ao sujeito que se enuncia para o outro e se reconhece num outro.

Tal condição marca um processo de ressignificações nas quais os discursos *sobre* são igualmente, discursos *de* alguma propriedade, mesmo que essencialmente heterogêneo. E aqui estabelecemos considerar como existente o discurso da biblioteca e, certamente, o discurso sobre a biblioteca.

2 OS DISCURSOS DA (E SOBRE) A BIBLIOTECA

No passado, a biblioteca tinha a finalidade de armazenar e preservar a informação. Posteriormente, passou a se preocupar em promover o acesso à informação, independente do espaço geográfico em que se encontre.

Uma definição atual de biblioteca segundo Vieira (2014, p.3), “biblioteca é uma coleção de livros e outros suportes informacionais organizados de forma que atendam às necessidades de informação de seus usuários”.

Existem dois tipos distintos de bibliotecas, que com algumas diferenças englobam todos os demais tipos, que são, as bibliotecas físicas, “que possuem espaço e acervo físico”, local onde é possível encontrar livros, manuais, teses e dissertações, monografias, jornais, revistas, CDs e DVDs, etc.; e as bibliotecas virtuais, onde todo o acervo é formado por documentos eletrônicos (e-books, arquivos em txt, pdf, etc), acessível por meio eletrônico, ou seja, não possuem espaço físico.

A biblioteca é um lugar de descoberta, aprendizado e divertimento, no qual podemos encontrar respostas para as nossas dúvidas, pesquisar para os nossos trabalhos, ou simplesmente, passar os nossos momentos livres, em um ambiente acolhedor e descontraído.

A biblioteca é a instância que atende às necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e

do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação.

Ferrarezi, L.; Romão, L. M. S. (2013, p. 35), a partir do embasamento teórico-analítico da Análise do Discurso, investigou quais os sentidos que foram mobilizados na constituição dos discursos sobre biblioteca escolar que circulam em documentos oficiais e disponibilizados na Internet. Através das suas análises, os autores observaram como a memória discursiva faz com que alguns sentidos já-ditos sobre a biblioteca escolar sejam atualizados e, ao mesmo tempo, como eles podem ser rompidos. Os “discursos” sobre biblioteca contidos nos documentos oficiais, pelo prestígio que lhes é atribuído, conferem um efeito de legitimidade e veracidade.

Pela maneira como se faz a costura entre memória, a ideologia e o discurso, segundo Ferrarezi, L.; Romão, L. M. S. (2013, p. 42), vemos serem naturalizados os sentidos que atribuem à biblioteca características consideradas ideais. Ainda segundo os autores, “todo dizer cala uma série de outros que poderiam estar em seu lugar”. E trazendo esse pensamento para outras bibliotecas, poderíamos discursivar a biblioteca universitária de uma maneira diferente, fazendo falar, por exemplo, o prazer de estar na biblioteca, participar de inúmeras atividades dinamizadoras e abrir-se a outras significações.

2.1 A biblioteca e a produção de conhecimentos

A biblioteca é um espaço de preservação dos conhecimentos gerados pela humanidade a partir de diferentes sociedades. Para se estudar suas origens é necessário pensar sobre a produção do conhecimento e dos registros.

De acordo com Burke (2003, *apud* Araújo 2005, p. 29), o conhecimento é algo que foi processado e sistematizado pelo pensamento. Conforme esse autor, o conhecimento é plural em todas as culturas.

Araújo (2005, p. 30) descreve resumidamente alguns tipos de conhecimento:

Filosófico – é um tipo de conhecimento de caráter mais geral e reflexivo, que busca os princípios que tornam possível o próprio saber;

Religioso – esse conhecimento apoia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas por terem sido reveladas pelo sobrenatural. É

um conhecimento sistemático do mundo que acredita possuir a verdade sobre as questões fundamentais do homem, mas apoiando-se sempre numa fé ou crença;

Senso comum ou conhecimento popular – é uma forma espontânea de conhecer a realidade no trato direto com as coisas, no cotidiano. É reflexivo, porém infalível e inexato;

Científico – é um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos, organizados e suscetíveis de serem transmitidos por um processo pedagógico de ensino.

Os produtos (registros) desses conhecimentos, assim como a produção cultural, se constituem em acervos que são preservados em bibliotecas, arquivos, unidades de informação e museus. Na Biblioteconomia, esses conhecimentos nas suas formas tangíveis e concretas, são denominados documentos, tais como jornais e revistas, livros e folhetos, moedas, imagens, CDs e DVDs, arquivos eletrônicos, etc.

Ainda segundo Araújo (2005, p. 31), a origem exata das bibliotecas, assim como a da linguagem e a da escrita, é desconhecida. O que se sabe, é que as bibliotecas surgiram na era histórica, ou seja, quando se iniciou a preservação de registros escritos de conhecimentos. Para esses registros de conhecimentos, desde a Antiguidade até o final da Idade Média, foram utilizados diferentes suportes: pedra, barro, madeira, linho, seda, papiro, pergaminho e papel. E após a Idade Média, com o aperfeiçoamento da imprensa, houve grandes modificações na produção, armazenamento e difusão do conhecimento, rompendo com o monopólio da Igreja, ocorrendo assim a democratização do conhecimento e do livro, elevando o papel da Biblioteca.

Vale ressaltar que, apesar das expressões culturais irem além da escrita e se expressarem em diversos produtos, no contexto da biblioteca a linguagem escrita tornou-se a forma mais comum para registrar conhecimento.

Para a criação de grandes bibliotecas, não basta apenas uma grande produção de conhecimentos. Outros fatores são indispensáveis para que isso aconteça, tais quais, condições econômicas, sociais e políticas.

“Geografia do Conhecimento” – é a expressão usada por Burke (2003) *apud* Araújo, 2005, p. 33) para mapear a produção do conhecimento dos séculos XVI,

XVII e XVIII. E como produtores, armazenadores e divulgadores do conhecimento ele citou: bibliotecas, hospitais, universidades, laboratórios, livrarias, galerias de arte, portos, ambientes de comércio, comprovando que o conhecimento é visto sempre em sua forma plural.

Sobre localização de biblioteca, Burke (2003^{apud} Araújo (2005, p.34) cita Itália e França, como países onde se concentrava o maior número de bibliotecas. Coincidindo com a formalização da pesquisa, no século XVII teve início a formação de centros de estudos nas principais cidades da Europa, o que muito contribuiu para o aparecimento de bibliotecas públicas e universitárias.

Com a estruturação da pesquisa científica, os conhecimentos produzidos no mundo passaram a crescer significativamente e a atividade de construção de conhecimentos expandiu-se e algumas empresas passaram de consumidores a também produtoras de conhecimentos. Recentemente, com o surgimento da Internet, a divulgação de conhecimentos tornou-se mais rápida, agilizando os serviços das bibliotecas.

2.2 Origem da biblioteca

A palavra biblioteca é originária do grego *bibliotheke*, que chegou até nós através da palavra em latim *bibliotheca*, derivada dos radicais gregos *biblio* e *teca*, que respectivamente significam livro e coleção ou depósito.

Havendo registros, haverá uma biblioteca, e o que define a condição de biblioteca é a existência de alguma forma de organização que permita encontrar o que se deseja. Essa idéia de organização está presente tanto nos acervos primitivos quanto nas informações que circulam pelos computadores em rede.

Motivado pelo desejo de proteger o patrimônio humano, o homem, desde o início da humanidade, tem se preocupado em registrar todo o conhecimento por ele produzido. Segundo o Professor John Rader Platt, da Universidade de Chicago, além das quatro tradicionais necessidades do homem, de ar, água, alimentação e abrigo, ele tem uma quinta necessidade. Platt escreveu: “A quinta necessidade do homem é a necessidade de informação, de um fluxo de estímulos contínuo, novo, imprevisível, não redundante e surpreendente”. (PLATT, 1959^{apud} SHERA, 1977, p.10). A atividade de organizar a informação é necessária para manter a sanidade da mente.

Assim como a necessidade de informação orienta o indivíduo, também orienta sociedades, e isso justifica essa preocupação tão antiga do homem (SHERA, 1977, p. 10)

As origens da comunicação oral estão perdidas na pré-história, pois não existem linguagens primitivas para estudo, mas, é sabido que os primeiros registros e transmissão de informações eram feitos através da fala, ou seja, eram passados de geração a geração verbalmente pelos adultos.

A comunicação oral é limitada pelas fronteiras temporais da memória e dos perímetros espaciais do contato humano, logo, a fala sozinha, não poderia satisfazer a necessidade de informação do homem.

Antes do surgimento da escrita, os primeiros registros gráficos do conhecimento humano, eram simples traços, no entanto foram evoluindo, do desenho de animais a atividades diárias feitas em cavernas com tinturas e materiais pontiagudos de metal, osso ou marfim. Todos os acontecimentos épicos da época foram registrados dessa maneira e serviram para contar a história e a evolução da humanidade.

Da pedra, argila, papiro, pergaminho e papel à memória das máquinas o salto foi curto: poucos milhares de anos. O homem em paralelo à capacidade de registrar aprendeu a organizar esses documentos, fazendo com que os registros precedentes fossem determinantes do pensamento subsequente.

Se num momento da história os registros eram raros, num outro momento inverteu-se o jogo: houve excesso de registros, tornando o homem pequeno e confuso diante de sua própria produção. Com o surgimento da escrita na Mesopotâmia, desenvolvida pelos sumérios, tudo passa a ser documentado, por exemplo, rituais de sepultamento, relações comerciais, etc, para a preservação do conhecimento humano.

Para facilitar a ordenação e o acesso aos registros, os homens, as cidades e os países, durante séculos de história, consideraram melhor juntá-los em um único lugar, formando coleções e criando serviços a ela vinculados. A idéia mais primitiva da biblioteca era o de se poder utilizar várias vezes uma informação que fosse significativa.

As coleções, que num determinado momento foram denominadas “bibliotecas”, pelo seu tamanho e variedade, passaram a indicar o grau de riqueza de uma sociedade, bem como, seu grau de desenvolvimento social.

Os grandes acervos tinham como função a preservação dos registros, enquanto que os acervos menores tinham a função de integrar os jovens nos campos de conhecimentos essenciais.

Segundo Milanesi (2002, p.11), nas unidades de ensino, foram erguidas bibliotecas perenes, que tinham o papel de iniciadores do jovem no âmbito do saber identificado como necessário. É como se entre as gerações fosse determinado: “conheça, amplie e passe adiante”.

2.3 Conceitos de biblioteca

Afinal, o que é mesmo biblioteca?

O vocábulo biblioteca tem recebido uma carga semântica diversificada ao longo do tempo:

- Milanesi (2002, p.21), a ideia mais primitiva da biblioteca: o resultado do desejo e da necessidade quase instintiva de poder utilizar várias vezes uma informação que pudesse ser significativa.
- Ferreira (2010, p. 318), biblioteca significa coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para estudo, leitura e consulta.
- Cunha (1997*apud* Santos 2012, p. 176) a palavra biblioteca, etimologicamente, significa depósito de livros.
- Carlo (1971, p. 230), biblioteca é um conjunto organizado de livros, visando ao aprimoramento intelectual do homem; edifício que armazena esse material; coleção de obras sobre assuntos idênticos ou não; obras de caráter bibliográfico.
- Enciclopaedia Britannica (2002, p. 2239), biblioteca é “uma coleção de material impresso ou manuscrito ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfilmes, toca-discos, projetores de slides e semelhantes que escapam à expressão ‘material manuscrito ou impresso’...”

Na atualidade, biblioteca é todo espaço, seja ele concreto ou virtual, fixo ou móvel, que reúne coleção de informações de qualquer tipo, sejam livros, enciclopédias, revistas, folhetos, etc., ou digitalizadas e armazenadas em CD, DVD, com o objetivo final de facilitar o acesso à informação, promover o gosto pela leitura, pela pesquisa e pela cultura, de forma agradável, cativando, seduzindo e atraindo o utilizador.

2.4 Tipos de bibliotecas

Segundo sua finalidade, as bibliotecas se dividem em:

- a) Nacionais – executam o controle bibliográfico de determinado país, preservando e divulgando a memória nacional;
- b) Públicas – atendem às necessidades de estudo, consulta e recreação de determinada comunidade. As bibliotecas públicas estimulam o hábito de leitura e preservam o acervo cultural. Seus serviços devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos. Suas coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço humano;
- c) Universitárias – atendem às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores e alunos universitários, desenvolvendo e implementando políticas de informação para a IES e suprimindo as demandas específicas dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela IES;
- d) Especializadas – reúnem acervos em um só tema ou de grupos temáticos em um campo específico do conhecimento e destinam-se a uma coletividade específica especializada em determinada área do conhecimento;
- e) Escolares – fornecem material bibliográfico necessário às atividades de professores e alunos de uma escola. Desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis
- f) Infantis – necessitam de um acervo bem selecionado e estão voltadas para a recreação e outras atividades, tais quais, escolinhas de arte, dramatização, exposição, etc.;

- g) Especiais – atendem a um tipo especial de leitor. Exemplo: biblioteca em Braille;
- h) Biblioteca ambulante ou carro-biblioteca – são bibliotecas ambulantes que levam seus serviços a áreas suburbanas e rurais;
- i) Biblioteca popular ou comunitária – biblioteca criada e mantida por uma comunidade e tem os mesmos objetivos da biblioteca pública, mas, não se vincula ao poder público.

Independente da sua finalidade, todas as bibliotecas tratam a informação desde sua organização até a sua disseminação, porém oferecem produtos e serviços particularizados. Para Araújo (2005, p. 38), toda biblioteca é uma organização que possui três funções essenciais:

- Função gerencial – propõe gestão e políticas para a biblioteca – administração e organização;
- Função organizadora – aglutina atividades muito especializadas do profissional de informação - seleção, aquisição, catalogação, classificação e indexação;
- Função divulgação – é uma atividade fundamental que consiste em comunicar ao usuário as informações que ele necessita, antecipando-se a sua pesquisa e propondo possibilidades de acesso aos documento – referência, empréstimo, orientação, reprografia, serviços de disseminação e extensão.

Tipos, finalidades e funções, só comprovam que a biblioteca é um organismo vivo que ocupa um lugar de destaque no mundo atual e que nela obtemos respostas para as nossas mais diversas indagações.

2.5 A importância da biblioteca ao longo da história

Foram muitas as bibliotecas da Antiguidade e vale ressaltar que elas eram distintas entre si, pois possuíam acervos variados. Inicialmente, surgiram as bibliotecas minerais (argila) e posteriormente, as bibliotecas vegetais (papiro) e animais (pergaminho) (MARTINS, 2002 *apud* SANTOS, 2012, p. 176)).

A primeira biblioteca que se tem notícia, a Biblioteca de Ebla, que data do 3º milênio a.C., e se localizava no norte da Síria, numa cidade do mesmo nome. O seu

acervo era formado por placas de argila com escrita cuneiforme e tábuas de argila devidamente dispostas em estantes, e separadas por tema.

Segundo indícios arqueológicos, Ramsés II, faraó egípcio, teria fundado uma biblioteca em Mênfis entre 1301-1235 a.C. Séculos depois, Assurbanipal entre 669-629 a.C., construiu no palácio de Nínive a 1ª biblioteca da história que chegou a possuir 25 mil placas de argila.

As Bibliotecas dessa época, não tinham um caráter público e serviam apenas como um depósito, sendo mais um local em que se escondiam os acervos do que um lugar para preservá-los e difundi-los (MARTINS, 2002, *apud* SANTOS, 2012 p. 176).

Tanto Battles (2003, p. 39) como Santos (2012, p. 177) apontam como as mais importantes Bibliotecas da Antiguidade, além da Biblioteca de Alexandria e das bibliotecas gregas e romanas, a de Nínive e a de Pérgamo. Apesar da importância e grandiosidade dessas bibliotecas, nenhuma delas sobreviveu

Fundada no ano de 280 a.C, durante o reinado de Ptolomeu I Sóter, membro da dinastia Ptolomaica (também chamada Lágida), a Biblioteca de Alexandria no Egito foi considerada o centro de conhecimento mais importante do mundo e chegou a ter 700.000 volumes (rolos de pergaminho). Inicialmente, era ela apenas uma sala de leitura, uma oficina de copistas e um arquivo para documentação oficial, mas logo sofreu ampliações. A Biblioteca de Alexandria, também conhecida como o coração da humanidade, reuniu o maior acervo de cultura e ciência que existiu na antiguidade, onde o homem descobriu pela primeira vez a dimensão do nosso planeta, bem como, o número de estrelas no céu. Era formada por laboratórios, jardins, escolas de medicina e mais de meio milhão de livros. Um fato surpreendente sobre a Biblioteca de Alexandria, é que ela permaneceu por mais de seis séculos, até que em 640 da Era Cristã, foi totalmente destruída por um incêndio causado por árabes.

Como resposta ao enorme sucesso da Biblioteca de Alexandria, o rei Atalo I (241-197 a.C.) fundou a Biblioteca de Pérgamo. Essa rivalidade levou o Egito a cortar-lhe o fornecimento de papiro, o que levou à procura de alternativas, sendo apreciadas as peles de animais, que com o desenvolvimento de tecnologia deu origem ao pergaminho.

Segundo Santos (2012, p. 177), a Biblioteca de Pérgamo, localizada na Ásia Menor, foi considerada a segunda maior e mais importante biblioteca da Antiguidade. O rei Atalo I tinha o desejo de tornar Pérgamo um pólo cultural do mundo antigo e principalmente da Ásia Menor. Seu fim foi resultado do desejo do general romano Marco Antonio em presentear sua amante, a rainha Cleópatra, agregando o acervo dela à Biblioteca de Alexandria, que tinha sofrido muitas perdas devido ao incêndio acidental provocado pelo general romano Júlio César. Assim, Marco Antônio saqueou a biblioteca e seus duzentos mil volumes e a integrou ao acervo de Alexandria, no ano de 41 a.C., que no fim acabou destruído também.

Na Grécia, a primeira biblioteca foi estabelecida por Psistrato, possuindo feições de biblioteca pública. Segundo Martins (2002 *apud* Santos 2012, p. 178), essa biblioteca foi construída com a intenção de reunir em um mesmo lugar as principais obras de Homero e outros autores famosos.

As primeiras bibliotecas públicas eram utilizadas pelo Império Romano como instrumentos de dominação intelectual. Eram normalmente espaços associados a templos ou banhos públicos. Na época de Constantino, no início do século IV d.C., existiram em Roma 28 dessas bibliotecas. Ainda no Império Romano, multiplicam-se as bibliotecas particulares, que eram símbolo de riqueza e prestígio e surgem também as primeiras livrarias e o ofício de copistas.

É no final do Império Romano que os codex em pergaminho substituem os volumen (rolos de papiro). Os codex eram mais fáceis de armazenar, transportar, proteger e consultar, sendo considerado por diversos autores, como a mais importante revolução da história do livro.

Com o declínio do Império Romano, o que escapou à destruição das guerras, na Idade Média, é reunido nos conventos, mosteiros e castelos feudais, tornando-os grandes guardiões dos ricos acervos das antigas bibliotecas. Esse fato coincide com a riqueza e o poder da Igreja, que, naqueles séculos, não só produzia, mas também legitimava os conhecimentos.

Segundo Martins (2002, *apud* Santos, 2012, p. 183), a Idade Média contou com três tipos de bibliotecas: as Monacais (logo no início do período medieval), as Particulares juntamente com as Bizantinas e as Universitárias (já bem no fim da Idade Média).

Existiram três tipos de Bibliotecas Monacais, que são as bibliotecas dos

mosteiros, das catedrais ou capitulares, como por exemplo a da Catedral de Chartres e Bibliotecas dos Doutores da Igreja, como São Jerônimo, Santo Agostinho, São Bento e São Isidoro, bispo de Sevilha.

As mais célebres bibliotecas monásticas foram a Biblioteca do Monte Athos, na Grécia, a Biblioteca de Cassiodoro, escritor e estadista romano e a Biblioteca de Monte Cassino.

É importante ressaltar que, na Idade Média, as bibliotecas destinavam-se apenas à minoria que frequentava os conventos, mosteiros e palácios. O saber era considerado sagrado e como consequência disto, somente os sacerdotes tinham acesso à leitura.

A riqueza das bibliotecas dos mosteiros dependia da presença de eruditos e da sua capacidade para pedirem emprestados manuscritos originais para copiar. Uma coleção de 200 volumes era considerada uma grande biblioteca. (PINHEIRO, 2007, slide 22).

No século XIII, surgem grandes universidades – Paris, Bolonha, Oxford e Montpellier - e, conseqüentemente, bibliotecas das Escolas Catedrais e das Universidades, por esse motivo, as bibliotecas monásticas deixam de ser os únicos centros da vida intelectual. A consulta local aos livros foi permitida a partir do século XVI, quando eles deixam de ser guardados nos armários e passam a ser “acorrentados”.

Com a chegada da Idade Moderna surgem as primeiras bibliotecas senhoriais e reais (séc. XIV/XVI) e, novamente a biblioteca passa a ser símbolo de riqueza e prestígio. No início, as bibliotecas reais tinham caráter privado e a partir do séc. XVII se tornam “públicas”.

No século XV é inventada a imprensa de caracteres móveis e o primeiro livro impresso por esta nova tecnologia foi a “Bíblia de Gutenberg”. Até o ano de 1500, estima-se que tenham sido impressos na Europa oito milhões de exemplares de livros. A imprensa leva assim à disseminação e acesso à informação e a transmissão de conhecimento a uma escala nunca antes vista e na primeira metade do século XVI, a inquisição em Portugal tenta controlar a situação obrigando ao registro das bibliotecas particulares existentes.

Mas, só após a Revolução Francesa de 1789, desenvolveu-se um novo conceito de biblioteca. Ela deixa de ser um espaço privilegiado e passa a ser um

serviço público coletivo, dando início à chamada “massificação da educação”.

Já no período contemporâneo, a partir do séc. XVIII, surgem as grandes bibliotecas nacionais. Os países mais ricos criaram espantosos acervos, criteriosamente organizados e conservados em construções de grande porte. Podemos citar: a Biblioteca Nacional de Espanha em Madrid, fundada em 1712 e formada por magníficas coleções de manuscritos e ricas coleções de primeiras impressões; a Biblioteca do Congresso, em Washington, fundada no ano de 1800, é considerada a biblioteca mais completa do mundo, com mais de 100 milhões de documentos entre livros impressos, manuscritos, gravuras, fotografias e discos, crescendo anualmente a media de dois milhões de documentos.

Com a chegada do desenvolvimento científico e tecnológico do século XIX, as bibliotecas passam por grandes mudanças, por exemplo, a chegada do bibliotecário. É ele quem sabe interpretar o catálogo, a ferramenta usada no registro e organização dos livros, permitindo ordem nas vastas coleções que se foram formando. Data dessa época a criação do Sistema de Classificação Decimal, inventada por Dewey, que divide todo o conhecimento em dez categorias e depois em subcategorias, dividindo cada área várias vezes, e que rapidamente foi adotado por todo o mundo.

É no final do séc. XIX e início do séc. XX que aumenta a preocupação com a educação e com o combate ao analfabetismo, e os estados apostaram na criação de bibliotecas.

Entre os finais do séc. XX e início do século XXI, com o avanço tecnológico surgiu a sociedade da informação com a multiplicação das fontes, dos suportes e dos meios de acesso, aumentando o número de documentos eletrônicos. Com o fim da guerra fria, os investimentos antes direcionados para os armamentos são voltados agora, para as tecnologias da comunicação e informação. Além das bibliotecas virtuais e digitais, surgem também as bibliotecas híbridas, que são aquelas que possuem recursos digitais e em formatos impressos, que por sua vez facilitam o acesso a esses recursos pessoalmente ou através de serviços virtuais.

De acordo com Saunders (1992, *apud* Lima, 2011, p. 30) a biblioteca digital ou virtual implica um novo conceito para a armazenagem da informação (forma eletrônica) e para sua disseminação (independentemente de sua localização física ou do horário de funcionamento).

Shera (1997, p. 11), destaca que “a sociedade determinou o que foi a biblioteca no passado e é a sociedade que irá determinar o que será a biblioteca no futuro”.

Não é de estranhar que cada nação mantém a sua Biblioteca Nacional como referência espacial e, igualmente, constituinte discursiva de um processo legitimado pela memória histórico-social. Tais espaços, grosso modo, se constituem em referências para outras instâncias na nação, das quais a universidade é setor fundamental como espaço de saber instituído em função do seu poder discursivo na condição do saber e disseminação de ideologias.

O próximo capítulo tentará determinar o espaço sóciodiscursivo da biblioteca no Brasil.

Capítulo III

1 A HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NO BRASIL

No Brasil, as primeiras bibliotecas foram criadas por ordens religiosas e a mais atuante delas, foi a Ordem dos Jesuítas fundada em 1549, com o objetivo de catequizar índios e colonos.

Segundo Santos (2010, p. 51), até o início do século XIX, a história das bibliotecas no Brasil, pode ser resumida em três etapas sucessivas. Inicia-se com as bibliotecas dos Conventos e Particulares, passa-se pela fundação da Biblioteca Nacional e chega-se até a criação da Biblioteca Pública da Bahia.

Devemos a Moraes (1979*apud* Santos, 2010, p. 52) o levantamento mais eficiente e detalhado das bibliotecas existentes no Brasil no período colonial. Nos três primeiros séculos de colonização, o país contava com bibliotecas dos mosteiros, conventos e de colégios religiosos bem como de bibliotecas particulares.

No Brasil Colonial, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica, não existiam muitas bibliotecas particulares nos séculos XVI e XVII, e uma vida cultural mais significativa passou a ocorrer a partir do século XVIII. Poucas pessoas possuíam livros e estas, eram, principalmente, de Minas Gerais. Padres, advogados e cirurgiões possuíam as maiores e melhores bibliotecas. Entre as principais bibliotecas mineiras, destacaram-se: a de D. Frei Domingos da Encarnação Pontenel, que possuía 412 títulos e 1066 volumes, e a de Cláudio Manuel da Costa, com 383 volumes.

Na Bahia, a biblioteca de Padre Francisco Agostinho Gomes, reuniu a melhor e maior biblioteca particular com milhares de livros. Quanto ao Rio de Janeiro, destacamos a biblioteca do advogado João Mendes da Silva com 250 volumes, a de Silva Alvarenga que possuía aproximadamente 1576 volumes, e a do Colégio Jesuíta com 5434 volumes. Segundo Moraes (1979*apud* Santos, 2010, p. 53), foi na biblioteca do Colégio Jesuíta, onde surgiu o primeiro Catálogo Brasileiro de Livros, organizado por autor e assunto pelo bibliotecário Irmão Antônio da Costa.

No fim do século XVI, os Jesuítas instalaram uma biblioteca em Salvador. Outras ordens religiosas - beneditinos, franciscanos, carmelitas - tinham bibliotecas em seus conventos e até metade do século XVIII, as bibliotecas dos Conventos

foram centros de cultura e responsáveis pela formação intelectual dos jovens brasileiros. São Paulo teve duas boas bibliotecas conventuais: a de São Bento e a de São Francisco.

Em 1773, com a extinção da Companhia de Jesus, as Bibliotecas Jesuítas tiveram seus acervos amontoados em lugares impróprios durante anos. Segundo Souza (2005), o destino trágico das bibliotecas e arquivos dos conventos brasileiros foi consumado pelos anos em que se seguiram e, em 1851, não havia quase nada que aproveitar.

Na passagem do século XVIII para o XIX, a leitura e os livros foram tomando espaço no Brasil. Os livros passaram a serem lidos e debatidos. Ainda de acordo com Moraes (1979*apud* Santos, 2010, p. 53), as bibliotecas se tornaram um espaço de contestação, surgindo posteriormente, a necessidade de bibliotecas maiores com gabinetes de leitura.

No Brasil, a trajetória da Biblioteca Nacional teve início quando foi trazida pela corte portuguesa a pedido de D. João, em 1808, sua coleção de livros. Em 29 de outubro de 1810, o decreto do Príncipe Regente determina que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erga e acomode a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática. Esta data, 29 de outubro de 1810, é considerada oficialmente como a da fundação da Real Biblioteca que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814. A aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o Brasil e Portugal em 29 de agosto de 1825.

A Biblioteca Nacional - BN foi o primeiro estabelecimento de cultura a ser instalado no Brasil e foi considerada pela UNESCO, uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, e também a maior biblioteca da América Latina. Sua missão é captar e preservar a memória bibliográfica nacional e seu acervo é formado por: livros, periódicos (jornais e revistas), manuscritos (cartas, códices e documentos), folhetos, estampas, gravuras, mapas (manuscritos e impressos), partituras musicais, discos e fotografias, obras raras dos séculos XIV e XV e exemplares de todos os jornais e livros editados no país.

Beneficiária do Depósito legal, possui mecanismo estruturado para compra de material bibliográfico no exterior a fim de reunir uma coleção de obras estrangeiras, nas quais se incluam livros relativos ao Brasil ou de interesse para o país, elabora e

divulga a bibliografia brasileira corrente e é o centro nacional de permuta bibliográfica, em âmbito nacional e internacional.

Segundo publicação da própria BN (2004, p. 120), ela exerce um papel estratégico no estabelecimento de uma Política Nacional do Livro e da Leitura no Brasil, entendendo que o livro é um fator fundamental para o progresso econômico, político e social da população.

2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

Na Idade Média, o mundo era pequeno e a sociedade era relativamente, autossuficiente. As expansões marítimas de Colombo e seus contemporâneos provocaram crescimento de aldeias e cidades, a ampliação da visão de mundo pela sociedade e a interação entre culturas. Esse crescimento demográfico ocasionou a melhoria do bem-estar material e o desejo de conhecer; o questionamento de normas e valores; a necessidade de buscar explicações acerca do mundo. Para tanto, “esse questionamento assumiu uma forma coletiva em instituições chamadas *studiageneraliauniversitatis*”, ou seja, universidade (MCGARRY, 1999, p. 76). A universidade medieval compunha-se, em sua maioria, por ordem dos dominicanos (BURKE, 2003).

Segundo Ortega (2004, n.p) as bibliotecas universitárias surgiram na Europa durante a Idade Média, no mesmo período em que a nobreza passou a manter grandes coleções, que viriam a originar algumas bibliotecas nacionais. A biblioteca da Universidade Sorbonne, em Paris, é mencionada por Morigi; Souto (2005, p. 189) como um exemplo de biblioteca originária de ordens eclesiásticas. Os autores discorrem sobre sua origem e evolução, asseverando que:

As bibliotecas universitárias surgiram na Idade Média, pouco antes do Renascimento. A princípio elas estavam ligadas às ordens religiosas, porém já começavam a ampliar o conteúdo temático além da religiosidade. Estas bibliotecas são as que mais se aproximavam do conceito atual de biblioteca como espaço de acesso e disseminação democrática de informação. [...]. Os livros ainda eram manuscritos o que dificultava a reprodução destes para o estudo. No momento em que a Idade Média entrava em decadência dando espaço ao Renascimento, difundiu-se na Europa a tecnologia dos tipos móveis, criada por Gutenberg (MORIGI;

SOUTO, 2005, p. 191).

Com o crescente surgimento de novas universidades, aumentou o número de estudantes e de textos prescritos para estudo, surgindo assim, uma demanda muito grande de livros. Para Perez-Rioja (1952 *apud* Santos, 2012, p. 185), a melhor solução foi abrir as portas das bibliotecas existentes.

Na segunda metade do século XIII, os franciscanos ingleses criaram o primeiro catálogo unificado que continha o nome dos autores e obras, bem como a indicação das bibliotecas monacais onde poderiam ser encontradas tais obras. Esse catálogo representou um grande avanço das Bibliotecas Universitárias.

Em fins do século XIII, as Universidades fundaram suas próprias bibliotecas. Entre as Bibliotecas Universitárias, além da Biblioteca da Universidade de Paris (Sorbonne), já citada anteriormente, destacamos a Biblioteca Jurídica de Orléans, a Biblioteca Médica de Paris, a Biblioteca de Oxford e a de Cambridge.

Porém, é no Renascimento que ocorre uma reviravolta na economia política da leitura, criando não apenas uma oferta de novos tipos de livros, mas também novas maneiras de lê-los.

Com o advento da imprensa, aperfeiçoada por Gutemberg, por volta do século XV, quando inventou a imprensa de tipos móveis, na Alemanha, as bibliotecas passaram a ganhar nova força. O novo invento, além de marcar o início da modernidade ocidental, permitiu que, por meio dos textos impressos, o acesso ao saber pelos indivíduos fosse significativamente ampliado.

De forma inegável a explosão da informação colocou em circulação um volume de publicação sem precedentes na história, implicando em novas estratégias de organização e de recuperação da informação. A forma impressa atenuou as barreiras geográficas e permitiu o deslocamento da informação de seus ambientes originais, restritos às bibliotecas de ordens religiosas e da realeza (BURKE, 2003, p. 32). Com isso, amplia-se significativamente o conhecimento das letras, o acesso ao conhecimento e o campo para o desenvolvimento de novos estudos.

Outro fato que merece destaque é que o aumento do número de estudantes universitários ocasionou também o crescimento da produção intelectual. E, a partir desse novo contexto, novos temas passaram a ser incorporados aos acervos das bibliotecas, além dos ligados à religiosidade, no intuito de atender à uma nova necessidade. Com isso, a relação entre a universidade, a biblioteca e os seus

leitores foi ampliada e fortalecida. A biblioteca deixa de ser mero depósito de livros e passa a ser um espaço de dinamização da informação.

Nos anos 50 ocorreram profundas mudanças nas bibliotecas, quando vários fatores impulsionaram seu desenvolvimento. Entre esses, o aparecimento do computador tornou possível a confecção de listas bibliográficas e o desenvolvimento de atividades gerenciais. Entretanto, foi somente a partir da década de 90 com o advento da Internet que ocorreu um grande avanço nas bibliotecas.

Sendo assim, foi a partir da 2ª metade do século 20 que entramos na era da informação digital surgindo novos formatos de armazenamento da informação, e o mundo passa a ter acesso às informações, em tempo real. Os futuros serviços e produtos de biblioteca incorporaram novas filosofias, tecnologias e espaços para atender às necessidades de todos os utilizadores de forma mais eficaz, rápida e barata.

Segundo Cunha (2010, n.p), essas mudanças incluem o repensar do que define uma biblioteca universitária, o seu sentido de lugar, de produtos e serviços para a comunidade acadêmica.

Complementando o que já foi dito anteriormente, as bibliotecas universitárias não são organizações autônomas, e sim organizações dependentes de uma organização maior – a Universidade, portanto sujeitas a receberem influências externas e internas do ambiente que as cercam.

A biblioteca universitária é um centro de custo dentro da academia, não é uma entidade geradora de sua própria receita. Logo, ela não é livre para definir e alterar suas metas e objetivos, assim, suas respostas para enfrentar os riscos são limitadas.

Em 2013, uma Comissão de Especialistas do Conselho Federal de Biblioteconomia definiu a Biblioteca Universitária como:

Uma unidade de informação que integra a realidade acadêmica e administrativa de uma Instituição de Ensino Superior (IES), espaço que alicerça e participa ativamente da construção e apropriação do conhecimento, propiciando a mediação da informação necessária à consolidação do processo ensino-aprendizagem, sendo a base do ensino, pesquisa e extensão voltadas as demandas da sociedade. (CFB, 2013, *apud* VALENTIM, 2014, n.p.)

2.1 Objetivos da biblioteca universitária

A biblioteca universitária possui papel fundamental para a execução do tripé da IES, qual seja: o ensino, a pesquisa e a extensão. Para atender as distintas demandas advindas desses três eixos, segundo Valentim (2014, n.p.), é necessário:

- ✓ Desenvolver e implementar políticas de informação para a IES;
- ✓ Suprir as demandas específicas dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela IES.

As bibliotecas sempre foram organismos dinâmicos e, segundo Cunha (2000, p. 82) com seus acervos em formato impresso preservando o conhecimento da civilização, elas tem sido por muitos séculos o ponto de convergência da universidade. Entende que, se historicamente as universidades detiveram o monopólio do ensino superior, isso se devia principalmente, em razão da certificação por meio de diplomas, mas que esse modelo não atende mais às necessidades do mercado acadêmico, ameaçado pela tecnologia da informação,

Como parte inerente à estrutura universitária, a biblioteca acadêmica sofreu o impacto decorrente das transformações sociais, por exemplo, a incorporação das tecnologias ao seu cotidiano. Apesar de conviver com uma coleção de documentos convencionais, em formato impresso e, por outro, com o desenvolvimento acelerado de uma coleção de documentos com novos formatos presentes no ambiente digital das tecnologias de informação, na sociedade de hoje, conectada e com oferta abundante de informação, a biblioteca universitária precisa se reinventar a cada dia, para manter-se como o espaço privilegiado para a produção e disseminação do conhecimento.

Fujita (2005, p. 99) salienta que a biblioteca universitária está inserida, atualmente, em um contexto mais amplo, e “sua atuação não poderá estar desvinculada do meio ambiente acadêmico e sua cultura”. Adicionalmente, a autora expõe que, nesse processo, a biblioteca universitária convive, simultaneamente, por um lado, com uma coleção de documentos convencionais (em formato impresso) e, por outro, “com o desenvolvimento acelerado de uma coleção de documentos com novos formatos presentes no ambiente digital das tecnologias de informação”. (FUJITA, 2005, p. 102)

Valentim (2014, n.p.) elenca as características da biblioteca universitária, segundo o Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB:

- Adquirir, tratar, organizar, gerenciar e disseminar materiais bibliográficos em diferentes mídias [impresso, eletrônico e digital], bem como disponibilizar fontes de informação que atendam as necessidades informacionais da comunidade universitária que compõe a IES;
- Propiciar espaços de estudo, leitura, pesquisa, lazer etc. à comunidade universitária que compõe a IES;
- Desenvolver competências em informação na comunidade acadêmica;
- Gerenciar a produção do conhecimento acadêmico, científico, tecnológico, cultural, artístico, entre outros, em suas diversas formas;
- Proporcionar a satisfação do usuário em suas distintas demandas informacionais.

Na prática, a avaliação das bibliotecas universitárias brasileiras vem a algum tempo atrelada às avaliações oficiais do Ministério da Educação e Cultura - MEC, nas quais a biblioteca é vista, parcialmente, como um dos recursos de infraestrutura do processo ensino-aprendizagem.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) se define como um sistema de avaliação global e integrado das atividades acadêmicas promovidas pelas Instituições de Educação Superior (IES), instituído pela Lei 10.861/2004, e tem por objetivo, conforme disposto no seu art. 1º, "assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º § VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996". Nesta Lei, a avaliação é concebida simultaneamente como um processo contínuo de aperfeiçoamento institucional e como instrumento de política educacional voltada para a construção e consolidação da qualidade da educação superior no país. (Anexos I e II)

O processo nacional de avaliação, portanto, visa a estimular a melhoria da qualidade acadêmica e da gestão institucional das IES, articulando regulação – concebida como vigilância e ordenamento do Estado em relação às condições requeridas para realizar suas finalidades e objetivos – e avaliação – vista como

análise da materialização de seu compromisso social de formação. Ou seja, a avaliação constitui importante instrumento de formulação e gestão de política pública.

Segundo Baptista; Rueda; Santos (2008, p. 2), a biblioteca universitária está inserida na Instituição de Ensino Superior (IES) apoiando os conteúdos ministrados nos currículos de cursos, além de oferecer subsídios para a investigação técnico-científica da comunidade acadêmica. Para que as faculdades tenham seus cursos aprovados e regulamentados, é necessário passarem por uma “perícia” promovida pelo MEC, que realiza uma fiscalização na faculdade em todos os aspectos, verificando se possui estrutura para habilitar o curso.

A biblioteca universitária possui um papel muito importante, contando como 40% da nota total. A avaliação do MEC se divide basicamente em três pontos: corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica, sendo que a biblioteca está inserida nas instalações físicas por ser um órgão relacionado à estrutura que a universidade / faculdade oferece aos docentes, discentes e público externo para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a comunidade científica da área de biblioteconomia e ciência da informação no Brasil, a biblioteca universitária tem como objetivo principal apoiar os programas de ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação da formação acadêmica e profissional (...) permite a apreensão da qualidade do curso no contexto da realidade institucional, no sentido de formar cidadãos conscientes e profissionais responsáveis e capazes de realizar transformações sociais (MEC, 2006, p. 6).

Numa biblioteca universitária a composição do acervo deve incluir livros e periódicos técnico-científicos de acordo com os cursos oferecidos pelas IES. No Plano Pedagógico de Curso constam às bibliografias básicas e complementares das disciplinas de cada curso.

As Bibliotecas das IES vêm-se diante da exigência de assumirem novas competências impostas pela Sociedade do Conhecimento. Nesse sentido, deixam de ser apenas repositório de informações e passam a trabalhar com políticas que focam a satisfação do usuário e a contribuição das suas ações na melhoria dos

processos e dos resultados de formação dos alunos. , constituem-se em setores estratégicos engajados na dinâmica institucional que precisam submeter-se aos processos avaliativos com fins de melhoria contínua e de assegurar a qualidade dos seus serviços.

A biblioteca não é um órgão à parte, mas sim parte do todo, como elemento essencial para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, inclusive com a exploração de todas as suas potencialidades como efetivo recurso acadêmico-pedagógico dentro da universidade. Em outras palavras, numa Universidade de qualidade, enfatiza Lubisco (2011, p. 165), a biblioteca universitária extrapolará suas funções tradicionais – de coletar, organizar e dar amplo acesso à informação – para integrar-se a uma rede capaz de inseri-la como partícipe dos processos de transferência de informação e de geração de conhecimentos.

2.2 O impacto das TICs na Biblioteca Universitária

O homem é um ser social totalmente dependente da informação e da comunicação para sua sobrevivência. Por isso desenvolveu as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs ao longo da história da humanidade. Para Cunha (2010,n.p.), a maneira como o homem registra, escreve e documenta a informação de sua época bem como os suportes e formatos que utiliza, revelam a época.

As TICs correspondem a todas as tecnologias que interferem e modelam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

Na atualidade, todas as estruturas organizacionais estão sendo impactadas pelas tecnologias da informação. As organizações que lidam essencialmente com informação, como é o caso das universidades, bibliotecas e instituições congêneres, não podem desprezar às inovações tecnológicas e às novas possibilidades dispostas pelas tecnologias, entendendo-as como ferramentas passíveis de potencializar as capacidades do homem.

A UNESCO acredita que as TICs podem contribuir com acesso universal da educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a administração educacional ao fornecer a mistura certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades

De fato, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) sempre influenciaram o processo de comunicação, inclusive a científica. Como foi citado anteriormente, a primeira grande influência da tecnologia na informação científica foi consubstanciada a partir do advento da imprensa. O meio impresso possibilitou a disseminação das informações, tanto a comunicação escrita, quanto a forma de transmissão sofreram intensas transformações.

Conforme manifesta Côrte (1999, p. 54), “são inegáveis os benefícios do avanço tecnológico, das facilidades promovidas pelo processo de comunicação entre pessoas”. Tais tecnologias somadas aos avanços da informática determinam o ritmo atual das organizações na sociedade.

Alguns estudiosos do assunto mencionam essas transformações com diferentes denominações, tais como: terceira revolução industrial, revolução científica e técnica, revolução informacional, revolução informática, era digital, sociedade técnico-informacional, sociedade do conhecimento ou, simplesmente revolução tecnológica. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2005, p. 57)

Garcez e Rados (2002, p. 48) afirmam que a biblioteca acadêmica tem incorporado novos serviços e ferramentas, por vezes, inteiramente em formato eletrônico, convivendo simultaneamente com as tipologias tradicionais. A essa miscigenação designam como biblioteca híbrida. Destacamos que o meio impresso ainda é muito mais abrangente, mais rico e mais seguro em relação ao meio digital.

Acompanhar as mudanças e incorporá-las ao seu funcionamento faz parte das atividades da universidade, visto que, por excelência, ela é o espaço de criação e comunicação do conhecimento, o qual se materializa sob os mais distintos formatos: “texto, gráfico, som, algoritmo e simulação da realidade virtual [...] distribuído em redes mundiais, em representações digitais, acessíveis a qualquer indivíduo” (CUNHA, 2000, 74).

De fato, a convergência digital dos mais diversos meios de comunicação permite aos indivíduos o amplo acesso ao conhecimento, privilégio, tradicionalmente

intrínseco à academia. A biblioteca universitária, por sua vez, assume a função de intermediadora, realizando os processos documentários preservando a informação para posterior transformação em conhecimento, em um contínuo espiral de evolução científica e tecnológica. Por isso ela foi nomeada por López Yepez (2000, p. 18) como uma “fábrica de ideias” e evidencia a importância da informação como matéria prima essencial para a criação de novos saberes e, nesse processo a destaca como o elo vivo da organização universitária.

Novelli, Hoffmann e Gracioso (2011, p. 144) asseveram que as bibliotecas são partícipes na construção do conhecimento, pois são responsáveis por “prover acesso, dinamizar, socializar, divulgar essa produção e também disponibilizar instrumentos que facilitem o acesso, o uso da informação nas diversas áreas do conhecimento humano”.

Apesar de toda a potencialidade que as TICs encerram, estudos desenvolvidos no âmbito nacional e internacional constataam que as bibliotecas ainda não exploram adequadamente e que “fatores tecnológicos, humanos e sociais estão atrelados a isto”. (NOVELLI; HOFFMANN; GRACIOSO, 2011, p. 160).

Cunha (2000, p. 82) assevera que, tanto as bibliotecas universitárias, quanto suas instituições mantenedoras – sejam de natureza pública ou privada – são consideradas como as principais provedoras do conhecimento registrado, embora o privilégio do papel da biblioteca como principal provedor de informações venha sendo “ameaçado” pelo impacto da tecnologia digital.

Em relação a essa possível “ameaça”, Lévy (1999, p. 88) assegura que as estruturas anteriores não vão desaparecer, mas que será preciso se ajustar à nova conjuntura determinada pelo ciberespaço. Concordamos com ele, quando diz que “O virtual não “substitui” o “real”, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo”. (LEVY, 1999).

Tal como Lévy (1999, p. 88), Lancaster (1994, p.23) também ponderou que as inovações tecnológicas e outras transformações podiam ser vistas como ameaça à biblioteca. O autor defendeu que as tarefas de natureza intelectual, como, análise de assunto ou formulação de estratégias de busca ou, ainda, a interpretação das necessidades informacionais dos usuários, dificilmente, serão substituídas pela Inteligência Artificial ou por qualquer outra tecnologia, em um futuro próximo. (LANCASTER, 1994, p. 23).

Concluimos ressaltando que as TICs correspondem a um divisor de águas nos processos relacionados aos locais de pesquisa, à busca e armazenamento e a forma de recuperação e disseminação da informação. Pois, promoveram mudanças significativas, impactando nas funções e atividades das bibliotecas universitárias e dos bibliotecários. (SCHWEITZER, 2010, p. 92).

2.3 Produtos e Serviços na Biblioteca Universitária

As funções essenciais da biblioteca derivam do contexto universitário que, por sua vez, emana da dinâmica social. Essas funções são delineadas por Fujita (2005, p. 100) como sendo armazenar, organizar e promover o acesso ao conhecimento, conforme segue:

Armazenamento do conhecimento: desenvolvimento de coleções, memória da produção científica e tecnológica, preservação e conservação;

Organização do conhecimento: qualidade de tratamento temático e descritivo que favoreça o intercâmbio de registros entre bibliotecas e sua recuperação;

Acesso ao conhecimento: a exigência de informação transcende o valor, o lugar e a forma e necessita de acesso (FUJITA, 2005, p. 100).

Embora as três funções sejam essenciais, enfatiza-se aqui, a última – acesso ao conhecimento – tendo em vista o contexto atual, em que se evidenciam as potencialidades fornecidas pelas TICs, como forma de aprimoramento do acesso a informação.

A partir do advento da Internet, as bibliotecas passaram a se preocupar em atender o usuário com rapidez e eficiência, bem como com o acesso à informação, em detrimento da posse do suporte informacional. Esse é um novo paradigma que se impõe e, nesse novo modelo, as TICs favorecem a criação ou adaptação de coleções, produtos e serviços em novos formatos e novas versões. Assim, “surtem novos tipos de biblioteca, destacando-se as bibliotecas digitais, também denominadas eletrônicas ou virtuais” e, ainda, um modelo intermediário, refletindo “o estado de transição de uma biblioteca que não é totalmente tradicional,

apresentando, também, as características de uma biblioteca digital”. (MARCONDES; MENDONÇA; CARVALHO, 2006, p. 176).

De acordo com Rodrigues (2005, p. 6), a criação de bibliotecas digitais resulta em dois fenômenos que afetam diretamente a biblioteca e o bibliotecário que são: deslocalização (os documentos não precisam estar armazenados num sítio, podendo conter links, remetendo à partes do próprio documento ou à outras fontes em locais diversos), e desintermediação no acesso à informação (ausência de mediação do bibliotecário entre os usuários e as fontes informacionais). Esses fenômenos seriam determinantes para se inferir sobre a possibilidade do desaparecimento da instituição biblioteca e, conseqüentemente, de seus profissionais, ou sobre como eles podem ser um desafio para o crescimento de ambos.

Com o surgimento de novos suportes de informação e mais outras transformações advindas com a sociedade de informação, ocorreram substanciais mudanças de comportamento, relacionadas aos hábitos de uso da informação.

Dessa forma, a biblioteca universitária contemporânea deve ser compreendida como o espaço físico, virtual ou híbrido, onde se encontram informações armazenadas e passíveis de acesso nos mais variados tipos de materiais: coleção de livros, folhetos, publicações periódicas, dicionários, enciclopédias, CDs, DVDs e banco de dados. Sua finalidade é preservar e armazenar os mais distintos tipos de suporte de informação para o atendimento das necessidades de informação dos usuários, independente do espaço físico onde se encontrem.

Nesse novo paradigma, a biblioteca universitária passa a prestar serviços de atendimento em todo o campus, de forma presencial e também virtual. Esse acesso generalizado e democrático à informação que as bibliotecas digitais oferecem, somente será possível se forem resolvidas questões de natureza técnica, sociais e organizacionais. Rodrigues (2005, p. 2) destaca que, independente de barreiras sócio-econômicas, culturais ou geográficas, em especial, nas regiões menos favorecidas ou isoladas, existem limitações de natureza técnica, que precisam ser superadas, de modo que a informação digital e multimídia que integram as bibliotecas digitais ou híbridas, possa ser utilizada de maneira eficaz. Para tanto é

imprescindível que seja desenvolvida uma infraestrutura que garanta o acesso e a disseminação dos seus serviços.

Apesar de toda a potencialidade de expansão da informação inerentes às bibliotecas digitais, Rodrigues (1995, p. 3) adverte que para elas possam ser intensivamente utilizadas, com um mínimo de qualidade de serviços, é imprescindível que sejam desenvolvidos ou aperfeiçoados os métodos para identificação, catalogação, organização, classificação e indexação dos recursos eletrônicos.

Sendo assim, a biblioteca acadêmica moderna, como principal provedor de informações, precisa se ajustar para se adequar às novas demandas que surgiram nessa nova conjuntura. Neste cenário, as unidades de informação componentes do SIB/UFPE não são imunes a essa realidade, tendo buscado se adequar aos diversos contextos sociais que se apresentaram ao longo da sua história.

2.4 Origem do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPE – SIB/UFPE

Foi o ensino superior que impulsionou o surgimento das primeiras bibliotecas, racionalmente estruturadas, com o objetivo de atender às necessidades informacionais de alunos e docentes. A fundação da Universidade Federal de Pernambuco é um marco no desenvolvimento das profissões na região.

A Universidade do Recife (UR) foi fundada em 11 de agosto de 1946 através do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946 (anexo III) e a história da biblioteca na UFPE remonta à antiga Biblioteca Pública, criada por um Decreto Imperial de 07/12/1830, instalada na Casa dos Beneditinos em Olinda, que deu origem à Biblioteca da Faculdade de Direito. Ainda em 1946, Edson Nery da Fonseca iniciou a reestruturação desta biblioteca, atual Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), conforme afirmam Barreto e Souza (1981, p. 138).

De acordo com Silva (1981, p. 54), foi na Universidade de São Paulo (USP), na antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e na Universidade do Recife, hoje UFPE que ocorreram as primeiras tentativas em prol da criação de Bibliotecas Centrais, com finalidade de coordenar

às bibliotecas pertencentes à mesma universidade. As duas primeiras instituições não lograram êxito nessa tentativa, sendo a da UFPE, a única experiência exitosa.

Foi assim que surgiu uma estrutura dentro da antiga Universidade do Recife, denominada Serviço Central de Bibliotecas (SCB), criado no ano de 1953. tendo início o processo de centralização dos serviços bibliotecários a nível nacional. O SCB coordenava as atividades técnicas desempenhadas pelas bibliotecas existentes na Universidade. As atividades desenvolvidas pelo SCB, eram consideradas dentro das técnicas mais avançadas de tratamento da informação e do usuário. O Serviço foi implantado mediante aproveitamento de experiências nacionais, ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e de experiências estrangeiras adaptadas à nossa realidade. Portanto, o modelo de serviço de informação não era transplantado, e sim um modelo adequado à nossa realidade. Com o golpe de 1964, todo o processo de mudança, que ocorria naturalmente dentro da Universidade do Recife e nas suas bibliotecas, foi cerceado.

O governo, através de mecanismos legislativos, administrativos e da coerção, passa a definir e direcionar o ensino em todos os níveis. Os instrumentos criados permitiram um processo constante de segmentação, burocratização e disciplinamento dos espaços e atividades educacionais. Redefinindo de cima para baixo os fins, os objetivos, os meios da educação e da pesquisa. Retirando dos professores e alunos o papel de atores, ao transformá-los em objetos de ações planejadas em escritórios técnicos.

Segundo Gico (1990, p. 120), é um período de grande autoritarismo em todos os setores da sociedade e se reflete nas Universidades. A UFPE sacudida pelas medidas centralizadoras, abafa os protestos e mina as resistências à Reforma, através do expurgo de docentes, funcionários e estudantes. Inicia-se, nesta data, um período em que as decisões referentes às Bibliotecas do Recife são tomadas sem a participação de seu corpo técnico e dos usuários reais. As medidas de reestruturação são impostas pela Administração Central da Universidade, mediante normas e diretrizes emanadas dos órgãos decisórios, a nível nacional.

Dentro desse espírito de planificação do ensino, uma nova nomenclatura é adotada pela Universidade do Recife, que passa a ser denominada Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E, por decisão da Reitoria, é reestruturado o Serviço Central de Bibliotecas, doravante SCB, que passa a se chamar Serviço de

Documentação (1964-1968). Na reestruturação, as funções do SCB foram mantidas em uma seção intitulada “Biblioteca Central” e ampliou-se o âmbito de atuação com outras funções, que foram desempenhadas precariamente, por falta de condições estruturais, já que o quadro técnico era capacitado (GICO, 1990, p. 120).

Em 1966 iniciam-se os preparativos para a construção do edifício da Biblioteca Central. Embora constasse, desde 1953, no Regulamento do SCB a previsão da construção de um prédio para a Biblioteca Central, que deveria ser projetado mediante estudos a serem realizados por comissão específica, composta por bibliotecários e outros profissionais, o projeto de 1966 foi realizado por arquitetos da Universidade, sem a participação de bibliotecários, tendo apenas por base as orientações fornecidas pelo Professor Aticon (consultor norte americano), em sua visita à UFPE. O projeto foi rejeitado pelo Chefe do Serviço de Documentação, por não corresponder às necessidades da Universidade. Porém, mediante a insistência das autoridades da época, que insistiam que a Universidade não podia perder os recursos disponíveis, o projeto sofreu algumas alterações e seguiu para o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão que, através do Governo do estado de Pernambuco, firmara acordos com United States Agency for International Development – USAID e coordenava esses convênios na Região.

O projeto foi aprovado pelo BID e, por solicitação dos bibliotecários, deveria ser refeito, para melhor atender às necessidades da UFPE. No entanto, o BID só admitiria mudanças no projeto, caso fosse realizada por dois consultores – um norte-americano e outro brasileiro. Assim, foram “convidados” Frazer G. Poole e Edson Nery da Fonseca, que acompanharam os trabalhos de edificação da Biblioteca Central.

Encontra-se configurado, que o Sistema de Bibliotecas da UFPE, seria composto por uma Biblioteca Central, Bibliotecas de Escolas Profissionais ou Faculdades e Institutos Especiais (GICO, 1990, 141)

A Biblioteca Central seria responsável pela guarda e divulgação do material necessário aos cursos do nível de graduação e das coleções de pesquisa das áreas de humanas e de ciências. Para a Pós-graduação existiria uma biblioteca para cada área, tendo em vista que em um único prédio não poderia abrigar toda a coleção da UFPE. As recomendações, segundo Gico (1990, 147), não se preocuparam com

serviços fins de biblioteca, empréstimo e consulta. Seguindo as recomendações dos consultores norte-americanos, Atcon e Poole, o projeto foi desenvolvido privilegiando a centralização de acervos, e não apenas os serviços, abandonando-se a prática que vinha sendo desenvolvida anteriormente.

A Biblioteca Central da UFPE, edificada em prédio com cinco mil metros quadrados no centro do Campus Universitário, foi inaugurada em 1º de abril de 1974, apresentando aos seus usuários e ao público em geral, vários serviços não tradicionalmente oferecidos, tais como: cabines para estudo em grupo e individual, reprografia, telefone público, telex, sala de TV, lanchonete, fonoteca e microfilmagem.

Em seu primeiro ano de funcionamento, através do Relatório da Biblioteca Central desse ano, observa-se que “(...) a realidade de sua nova estrutura e funcionamento desviou-se bastante do que havia sido apregoado nos discursos que tentavam legitimar a sua implantação” (GICO, 1990, p. 167).

Além da dificuldade em consolidar a estrutura estabelecida pelos atos normativos, havia também a falta de recursos por parte da Biblioteca Central, para dar continuidade e implementar os serviços propostos. Entre outras coisas, faltava estrutura de comunicação com as Bibliotecas Setoriais, fazendo com que o material bibliográfico ficasse retido por longo período no Setor de Expedição. A meta de redistribuição do acervo, nunca foi plenamente atingida e o fator mais importante que contribuiu para isto foi a discordância de alguns Centros e Departamentos às normas estabelecidas, o que acarretou a não transferência de algumas coleções para a Biblioteca Central e o retorno gradual, com o passar dos anos, às Unidades de origem.

À vinculação administrativa e técnica das Bibliotecas Setoriais com a Biblioteca Central trouxe alguns inconvenientes, além da perda de identidade, perderam também o apoio financeiro e administrativo das Unidades a qual estavam vinculadas.

Dez anos transcorreram na tentativa de se adequar o plano à realidade, sem que fossem resolvidos os problemas estruturais e administrativos e em meados de 1989, ocorreu a descentralização de pessoal do Sistema de Bibliotecas e, em consequência a descentralização administrativa.

Em um simpósio em que se discutiu o planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias no país, ocorrido na década de 80, Silva (1981, p. 58) avaliou que a organização das bibliotecas universitárias era o reflexo do modelo da própria organização das diversas universidades do país, as quais resultaram da reunião de Faculdades e Escolas de ensino superior autônomas, estaduais e federais existentes. Assim, as Escolas e Faculdades se amoldaram a um modelo de sistema universidade – coordenado por uma administração centralizada – reitoria. Contrariando esse novo formato, as bibliotecas dessas instituições resistiram em aceitar uma direção central que coordenasse os serviços das bibliotecas, culminando no atraso da criação de sistemas de bibliotecas universitárias. (SILVA, 1981).

Em 1991, a Biblioteca Central da UFPE passa ser a coordenadora e supervisora das atividades técnicas do Sistema, devendo atuar como Centro Referencial de Informação Técnico-Científica, Tecnológica, Literária e Artística, abrigando as coleções especiais (Coleção de Produção Intelectual da Universidade, Arquivos de João Alfredo e Multimeios e a demanda reduzida do Sistema. Alguns serviços passaram a ser centralizados e outros parcialmente centralizados. Os principais serviços centralizados, aquisição e processamento técnico (catalogação) e os parcialmente centralizados, COMUT, buscas bibliográficas e documentação.

A partir desse ano, a Biblioteca Central passa a se preocupar mais com a disseminação da informação, em nível da UFPE e comunidade, perdendo a conotação centralizadora de acervos para ser centralizadora de políticas de ações técnicas, que nortearão as ações administrativas e técnicas em prol do Sistema de Bibliotecas e da Comunidade Universitária.

Depois de muitas mudanças estruturais, somente duas bibliotecas associadas a departamentos na UFPE, resistem à setorização; a do Departamento de Antibióticos, que, segundo Freitas (2012, p. 1), originou-se do antigo Instituto Oswaldo Gonçalves de Lima, do Centro de Ciências Biológicas (CCB); e a do Departamento de Energia Nuclear (DEN), do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG).

Ao longo do tempo, os acervos das demais bibliotecas foram sendo reunidos, adquirindo, assim, a forma de bibliotecas setoriais, congregando os acervos referentes aos cursos de cada centro acadêmico na UFPE.

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (SIB/UFPE) é composto pela Biblioteca Central (BC) que atua como coordenadora técnica do Sistema e por 12 unidades de informação localizadas nos Centros Acadêmicos e no Colégio de Aplicação (CAP). Nove localizadas nos Centros Acadêmicos do Campus Universitário Joaquim Amazonas, sede da instituição e duas nos Campi, localizados no interior do estado: sendo uma no Centro Acadêmico do Agreste, em Caruaru (CAA) e outra no Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV). São elas:

- Biblioteca Joaquim Cardozo - Centro de Artes e Comunicação (CAC)
- Biblioteca do Centro de Ciências Biológicas (CCB)
- Biblioteca do Centro de Educação (CE)
- Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)
- Biblioteca do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG)
- Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
- Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde (CCS)
- Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN)
- Biblioteca do Centro Acadêmico de Vitória (CAV)
- Biblioteca Reitor Edinaldo Bastos do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)
- Biblioteca do Centro Acadêmico do Agreste (CAA)
- Biblioteca do Colégio de Aplicação (CAP)

O SIB/UFPE foi criado com o objetivo de difundir informação, democratizar o conhecimento acadêmico e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE.

E, a partir de tais pressupostos, passamos a propor algumas formas interventivas para efeito de dinamicidade do que consideramos ser pertinente ao espaço de uma biblioteca.

3 DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA (e uma proposta interventiva)

Com o desenvolvimento das sociedades, após a Revolução Industrial, surgiu a especialização do trabalho e a proliferação de diferentes profissionais e serviços,

inclusive no chamado mercado da informação. Essa tendência de proliferação, também, se fez refletir nas bibliotecas planejadas, construídas e equipadas a partir do século XX, para com isso, atender as necessidades de informação de públicos cada vez mais específicos.

Pretendemos discutir sobre o processo de dinamização da biblioteca e propor modos discursivos para o seu uso sistemático além do que é preconizado historicamente.

Muitas foram as inovações técnicas experimentadas pelas bibliotecas em sua trajetória até a contemporaneidade. Entre estas se tem a introdução de novos métodos de análise, representação, organização, armazenamento e recuperação de informações. No entanto, nada se compara à introdução da informática combinada às telecomunicações, a qual imprimiu nova dinâmica de trabalho nessas organizações. Esses aspectos tanto podem favorecer a circulação global do conhecimento em rede, mas, por outro lado, aprofundam as desigualdades sociais.

No campo da Biblioteconomia, como já foi citado anteriormente, há uma gama de classificações das bibliotecas, sendo as mais comuns e principais, as seguintes: especializadas, públicas, escolares, nacionais e universitárias. Tais classificações, em termos didáticos e gerenciais, servem para demarcar *fronteiras simbólicas* no desenvolvimento das ações das bibliotecas, respeitando sua faixa limítrofe de atuação.

Segundo Ferreira (2012, p. 76), ao se levar em consideração a trajetória histórica das bibliotecas universitárias, entende-se que as práticas informacionais têm privilegiado o compromisso com a comunidade acadêmica. Evidencia-se isso, pelos produtos e serviços informacionais orientados para docentes, discentes e pesquisadores, como se as bibliotecas universitárias não fossem ou não pudessem ser, sensíveis à comunidade do seu entorno.

É sabido que a biblioteca universitária é mediadora do conhecimento e dos saberes, devendo estar em consonância com os objetivos da universidade. Segundo Amorim et al (2012, p. 4),

[...] “a biblioteca universitária precisa ultrapassar os limites do espaço acadêmico e evoluir como facilitadora de acesso à informação de qualidade em suportes diversos, com atuação e ações mais

proativas, integrada nos processos de ensino, aprendizagem e investigação.”(AMORIM et al, 2012, p. 6).

A biblioteca universitária precisa ser transformada num espaço dinâmico e aberto ao acesso à informação para todos. Ao dinamizar seu espaço com “atrações” criativas, inovadoras e cativantes, ela deixa de ser apenas um elemento de apoio e passa a construir relações mais próximas com as comunidades que vivem além dos muros das IES. É preciso romper com discursos que historicamente atribuíram às bibliotecas a exclusiva e estática função de armazenar e conservar acervos.

Nós acreditamos que as bibliotecas em geral, inclusive as universitárias podem interferir para diminuir os efeitos excludentes trazidos pelo mercado editorial e tecnológicos sobre os consumidores de informação. Uma das missões da universidade é a extensão, ou seja, aquela que aproxima esta instituição produtora de conhecimento da sociedade mais ampla.

Lemos e Macedo (1974, p. 172), vislumbravam uma atuação das unidades de informação acadêmicas que ultrapassassem “os limites da universidade”. Todavia, a biblioteca universitária aparece nesse discurso apenas como coadjuvante, participando de forma indireta das atividades de extensão, por meio de simples disponibilização do acervo aos agentes que efetivamente interagem com a comunidade acadêmica.

No momento atual a ideia retrógada existente sobre as bibliotecas, principalmente a escolar e a universitária, deve ser desmistificada. As bibliotecas podem ocupar uma posição diferente, construindo outros sentidos, pelos quais ela é chamada a exercer um papel mais ativo, que a distancie da inércia que lhe é historicamente atribuída, conclamando-a a intervir politicamente, fazendo com que esta triste realidade possa ser transformada. Para isso é necessário que elas passem por uma fase de modernização física, humana, tecnológica e de informação.

Superar o elo que separa e distancia a universidade da sociedade e entender a informação como recurso de acesso a cidadania, tem mostrado que os limites de atuação das bibliotecas vêm se tornando cada vez mais diluídos. Encontrar os caminhos possíveis para uma ação cidadã das bibliotecas universitárias brasileiras, tem sido um grande desafio para os bibliotecários em geral.

A Biblioteca Central da UFPE, após seu processo de expansão, mais especificamente, atravessa uma fase difícil, uma vez que seu espaço e serviços são

mal utilizados e compreendidos, a exemplo do seguinte questionamento feito pelo usuário – *na biblioteca ainda há livros?*. Além do longo período fechada para a reforma, outros fatores também interferem na pouca demanda à BC, são eles: fechamento da biblioteca em período de greve e o fato dos alunos e pesquisadores não necessitarem frequentar as bibliotecas para efetuarem suas pesquisas, podendo fazê-las diretamente de suas residências e gabinete, graças a internet.

Diante disso é extremamente difícil e complexo, porém completamente alcançável, fortalecer e consolidar o papel social, as ações e realizações da referida biblioteca, perante os docentes e discentes, assim como, pela sociedade em geral, ultrapassando limites, até então não pensados.

Pela complexidade de seus usuários, ultrapassar tais limites assemelha-se a uma verdadeira “maratona”, isto é, por em prática atividades de extensão sociais e culturais, promovendo o consumo, como também, a produção de cultura. E assim tornando, a biblioteca, reconhecida com êxito pelos serviços prestados.

O atendimento à clientela da biblioteca universitária, mesmo que sem a satisfação imediata de suas necessidades informacionais, tem de ser feito de forma hábil. Para isto, é necessário fazer o marketing do setor, proporcionando uma imagem positiva e transmitindo a certeza, que ele lhe será sempre útil. Com esta certeza os usuários sempre retornarão para esse centro de informação e prazeres literários e culturais.

Em Costa et al (2008, p. 2), se verifica uma alteração no padrão de atuação das bibliotecas universitárias nas ações de extensão acadêmica, permitindo visualizá-las através das iniciativas de um corpo técnico-administrativo que assume o papel de agente nesse processo, com atividades de promoção de leitura, palestras e oficinas para a comunidade externa aos *campi*. Essas atividades, situam as bibliotecas universitárias como um espaço de cidadania, construído por meio de experiências de extensão planejadas para e com os grupos e sujeitos sem vínculos formais com a Academia.

A biblioteca universitária além de ser o órgão de apoio mais importante a nível pedagógico da instituição, tem que propor à sua clientela, através da novidade, do fora do comum, algo além das suas necessidades; tem que dar aos seus usuários condições para desenvolver o seu espírito de participação no cotidiano da Biblioteca. Motivar uma frequência espontânea e sábia no uso do potencial e dos espaços da

Biblioteca é antes de tudo, por uma característica particular, uma oportunidade de educar o aluno universitário e assim prepara-lo para desfrutar de todo o complexo informacional existente.

Guizalberth (1999, p. 90) afirma que ativar o espaço da Biblioteca, passa por ações de fundo cultural (mais livres) e pedagógicas (direcionadas). Cria assim, uma relação entre espaço cultural ---- acervo ---- função pedagógica, para atender às expectativas de cliente ---- biblioteca ---- universidade.

Ainda segundo Guizalberth (1999, p. 91), o estímulo sinérgico de ações desencadeia uma ação retroalimentadora da construção integral de uma biblioteca ativa, que motiva, cativa e cresce junto de sua clientela.

3.1 Mediação da informação

Segundo Sanches (2010, p.105), o processo de mediação da informação se constitui pela interação, informação / bibliotecário / usuário.

Muito tem sido discutido sobre o provável desaparecimento do bibliotecário de referência, tendo em vista a expansão da informação digital. Contudo, devido à precariedade das ferramentas de busca na Internet em recuperar informações relevantes, o intermediário da informação será sempre necessário.

O trabalho técnico do bibliotecário, nem sempre, satisfaz as expectativas do público alvo. Isso acontece porque algumas instituições não favorecem para que seus profissionais se atualizem e nem fazem avaliações periódicas dos serviços prestados pela biblioteca, para aferir adequação àquela realidade.

Segundo Cunha (2000, p. 83):

O bibliotecário de referência precisa adaptar-se às mudanças advindas da utilização da informação digital. O bibliotecário ainda terá a responsabilidade de ensinar às pessoas a utilizar os recursos informacionais existentes em uma biblioteca ou mesmo na Internet, mas os métodos e os enfoques utilizados para informar e instruir os usuários sofrerão mudanças provocadas pelas tecnologias da informação.

É importante que o bibliotecário perceba e internalize o seu papel transformador dentro da biblioteca. Para isso ele deve reconhecer sua identidade profissional e também se reconhecer como parte integrante daquela comunidade. Além disso, ele precisa ser capaz de utilizar as novas ferramentas.

A informação é considerada insumo básico para o desenvolvimento de sujeitos atuantes na sociedade, bem como um elemento para o desenvolvimento de uma sociedade calcada no crescimento econômico, político e científico. (SANCHES, 2010, p. 105).

Utilizaremos a seguinte definição de informação:

[...] a informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc., inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação. (LE COADIC, 2004, p. 4, parênteses do autor *apud* SANCHES, 2010, p.105)

Ainda do mesmo autor:

[...] a ciência da informação tornou-se, portanto, uma ciência social rigorosa que se apoia, em uma tecnologia também rigorosa. Tem por objetivo o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), e a análise de seus processos de construção e uso (p. 25)

O papel do bibliotecário, na biblioteca universitária, é apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da universidade e, assim, comprometer-se com o desenvolvimento da sociedade. No momento atual, o papel do bibliotecário não é apenas disseminar a informação e sim, comprometer-se com o desenvolvimento da sociedade.

A mediação da informação propõe atividades de interferência que vão além da relação usuário/informação que tornam o bibliotecário como mediador subjetivo e configuram a biblioteca como um espaço intersubjetivo no compartilhamento de informação. O bibliotecário, como mediador da informação, deve ter uma postura comprometida não apenas com sua classe profissional, mas também com a sociedade em geral.

É importante ressaltar, que a ação cultural na biblioteca universitária não pode ser convertida em animação cultural. De acordo com Coelho (1987, p. 108 *apud* Sanches, 2010, p. 115), “[...] ação cultural significa fornecer os meios de produção com os quais as pessoas possam encontrar seus próprios fins.”

A ação cultural depende de um contexto, da formulação de um programa harmônico que trace parâmetros de quais atividades devem ser desenvolvidas de forma que possibilitem contribuir com o espaço sociocultural.

Segundo Almeida (1987, p.33), a ação cultural busca a expressão e a criatividade dos indivíduos no grupo e na comunidade. Relaciona-se ao processo de educação coletiva desenvolvendo atividades práticas, abrindo espaço para a troca de informações.

O bibliotecário mediador deve ter uma postura proativa, conciliando, valorizando e melhorando seu atendimento, tornando a biblioteca amplamente conhecida pela sua importância social intrínseca.

A biblioteca universitária deve ser reconhecida também como um setor informacional, imprescindível na formação do ser humano, guardiã e promotora do conhecimento socialmente construído, espaço propício para o homem se produzir enquanto ideia. A biblioteca universitária deve ser vista como um grande “Vale fértil”.

4 PROPOSTAS

De acordo com o que foi exposto anteriormente, fizemos duas propostas para melhorar os serviços e produtos oferecidos pela Biblioteca Central da UFPE.

Essas propostas, para serem viabilizadas devem ser discutidas e programadas com os bibliotecários e gestores da referida biblioteca.

4.1 Atividades de extensão e dinamização

A biblioteca universitária faculta, nas melhores condições de utilização, os recursos bibliográficos e informativos necessários ao desempenho das funções de ensino, pesquisa e extensão cultural. Concomitantemente a isto, ela, a biblioteca, pode organizar um conjunto de atividades de extensão e dinamização cultural, aproximando a comunidade.

Nesse trilhar, a biblioteca ao absorver e pôr em prática o supramencionado, passará, paulatinamente, a se apresentar e desenvolver como um espaço dinâmico e aberto a todo o tipo de expressões culturais.

A título de sugestão e tomando como modelo o Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, elencamos as atividades, já postas em prática por essa conceituada instituição, que vem apresentando ótimos resultados. São elas:

- Música na biblioteca;
- Arte na Biblioteca;
- Ciclo de cinema;
- Ciclos culturais;
- Exposições bibliográficas temáticas;
- Workshops;
- Livro do mês;
- Sessões de apresentação pública de livros.

No caso específico da Biblioteca Central da UFPE, e tendo a universidade uma diversidade de cursos, podemos sugerir e planejar essas atividades de extensão e dinamização cultural, acima citadas, adaptando-as a nossa realidade.

Podemos sugerir também, uma proposta de treinamento on-line para os usuários do SIB/UFPE. Atualmente, a divulgação é feita, precariamente, através de uma visita dirigida presencial à Biblioteca Central. O treinamento on-line, estaria a disposição em qualquer tempo, divulgando todos os produtos e serviços oferecidos pela biblioteca, esclarecendo os usuários dos seus direitos e deveres. Seria uma espécie de guia contendo todas as informações relevantes para o total aproveitamento pelos usuários de tudo o que a biblioteca dispõe.

Outra sugestão, seria a confecção de um GUIA INSTRUCIONAL que serviria de apoio ao usuário na utilização dos produtos e serviços oferecidos pela BC/UFPE.

O referido guia, teria uma versão online e também formato impresso, disponibilizado gratuitamente na referida biblioteca.

Tudo isso, objetivando viabilizar o acesso a informação de modo mais direcionado, tendo em vista especificidade dos usuários, o que por sua vez, contribuirá para realização de pesquisas da comunidade acadêmica e, conseqüentemente, para o crescimento e reconhecimento da relevância da BC/UFPE para a sociedade.

4.2 Guia Instrucional

A Biblioteca Central oferece uma variedade de produtos e serviços, não apenas à comunidade acadêmica mas, à comunidade em geral. O Guia Instrucional trará descrito todos os serviços e produtos oferecidos pela BC, além de outros assuntos pertinentes, para que todos os usuários possam aproveitar de tudo que ela oferece.

O Guia Instrucional está no apêndice desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso propósito não teve a pretensão de ser exclusivista, mas um acontecimento segundo o qual é possível ressignificar o espaço da biblioteca para além das prateleiras.

Assim, construir processo sistemático para o uso da biblioteca para além dos registros da história em livros e mídias, mas na consolidação de atividades de aprendizagem concretas que incluem recitais, círculos de palestras (sobre arte, música e filosofia), além de exposições artísticas em geral, minicursos sobre temas significativos para os cursos existentes na IES, dentre outros.

Ao longo deste estudo, buscamos um exercício de reflexão sobre os efeitos de sentido repetidos e deslocados sobre biblioteca universitária, analisando como eles se inscrevem em documentos diversos, especialmente, os oficiais.

Fizemos um recorte histórico sobre a biblioteca universitária, sua origem no contexto das ordens religiosas e os fatos que marcaram sua evolução ao longo do tempo. Tal como a invenção da imprensa que permitiu o aumento expressivo da produção de livros e de cópias. Com o aumento do número de estudantes universitários o acesso ao conhecimento e o campo para o desenvolvimento de novos estudos e da produção intelectual foram ampliados. Nesse cenário, novos temas, além daqueles relacionados à religiosidade, passaram a incorporar os acervos das bibliotecas universitárias.

Outras mudanças significativas que marcaram o seu desenvolvimento foram a incorporação do computador em seu cotidiano e a adoção das TICs. Essas últimas, tidas como um verdadeiro divisor de águas, no que se refere aos locais de pesquisa, às formas de elaboração de busca, de armazenamento, recuperação e disseminação da informação. Para tanto, a biblioteca como principal provedor de informações, precisou se ajustar para se adequar às novas demandas que surgiram nessa nova conjuntura. Dessa forma, foram adotados novos recursos como os repositórios digitais e foram adaptados serviços tradicionais fazendo uso das TICs.

O propósito foi delineado com a elaboração de um Guia Instrucional, indicativo da atuação da biblioteca em função do século XX.

A coleta de dados foi feita através de revisão bibliográfica, consulta a documentos oficiais e também pela nossa experiência profissional. Buscamos o que

poderia servir de referencial de conhecimento que implicasse na manifestação constitutiva de um novo discurso para a noção sobre a biblioteca (a congregar ações de conhecimento) e, para além da biblioteca e seu acervo.

Foram sugeridas ações incluídas para a comunidade universitária e comunidade do entorno da Biblioteca Central, pensadas a partir de constitutivos culturais e demonstrativos históricos dos serviços possíveis (próprios) de uma biblioteca.

Concluimos nossa pesquisa com o Manifesto da UNESCO:

“ A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimentos dos indivíduos e da sociedade são valores humanos fundamentais, mas somente serão alcançados por meio de cidadãos bem informados com capacidade para exercerem seus direitos democráticos e terem de fato um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, quanto de o acesso livre e ilimitado à informação, ao conhecimento, ao pensamento e à cultura” (UNESCO, 1994, apud VALENTIM, 2014, n.p.)

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandezas de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, n. 1-4, p. 31-38, jan./dez. 1987.

AMORIM et al. Dinamização e ações culturais dos serviços e produtos informacionais da Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho da Universidade Estadual do Ceará. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., Gramado, RS. **Anais...** Gramado: UFRGS, 2002.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. (org.). **Ciências da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29-44.

BAPTISTA, Rafael; RUEDA, Daniela; SANTOS, NadiaBernuci A biblioteca universitária no contexto das avaliações do MEC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

BARRETO, M. H. de Sá; SOUZA, Z. M. de. O processo de aquisição de material bibliográfico nas universidades brasileiras. In: SIMPÓSIO SOBRE PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Anais...**, Brasília, 25 a 30 de janeiro de 1981. Brasília: CAPES, 1981. P. 135-144. Disponível em: <http://www.bu.ufmg.br/snbu2014/anais/II-SNBU.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

BASTOS, G. G. Bibliotecas: uma reflexão histórica acerca da constituição dessas instituições. **Linguasagem**. 17.ed. Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao17/editorial.php>> Acesso em: 15 out. 2014.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003. 239 p.

BENVENISTE, É. "O homem na língua", 1966. In: BRANDÃO, Helena HathsueNagamine. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena Bonito Couto.; ATIK, Maria Luiza Guarnieri (orgs.) **Língua, literatura e cultura em diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

BIBLIOTECA Nacional. São Paulo: Banco Safra, 2004. 350 p.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena Bonito Couto.; ATIK, Maria Luiza Guarnieri (orgs.) **Língua, literatura e cultura em diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

BRASIL.- Decreto - Lei n. 9.388, de 20 de jun. de 1946. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 22jun. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato/Decreto/D9388.htm> Acesso em: 22 maio 2015.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases de educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 23 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 22 maio 2015.

BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 16 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10861.htm> Acesso em: 22 maio 2015.

BURKE, Peter. Umahistória social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot, 2003. In: ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. (org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29-44.

CARLO, Agustín Millares. Las bibliotecas. In: **Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1971. cap. 12, p.227-35.

CFB. COMISSÃO DE ESPECIALISTAS. Relatório da Reunião CFB-INEP, 2013. In: VALENTIM, Marta. **Bases legais para a conceituação de biblioteca**. Brasília: Senado Federal/Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 2014. Disponível em: <www19.senado.gov.br> Acesso em: 02 set. 2015.

COELHO, T. Entrevista. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 1987. In: SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010.

CÔRTE, A. R. Ecologia da informação. Resenha de DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era

da informação. Tradução: Bernadete Siqueira Abraão. São Paulo: Futura, 1998. 316 p. **Informação & informação**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 53-58, jan./jun. 1999.

COSTA et al. Proposta de criação de um Centro de Extensão Universitária/Sistema de Bibliotecas UFMG. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

CUNHA, A. G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 744 p.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.11, n.6, dez. 2010. Disponível em: [http://www.datagramazero.org.br/dez10/Art 07.htm](http://www.datagramazero.org.br/dez10/Art%2007.htm)>. Acesso em: 9 set. 2014.

_____. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. 312 p.

ENCYCLOPAEDIA Britannica. 15. ed. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 2002. 32 v.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Certos sentidos de biblioteca escolar: efeitos de repetição e deslocamento. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 1, p. 35-64, jan./abr. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5.ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p.

FERREIRA, Rubens da Silva. Transpondo muros, construindo relações: uma reflexão sobre bibliotecas universitárias e extensão no Brasil. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 75-88, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://sbu.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2015

FREITAS, Luíza. Departamento de Antibióticos faz 60 anos.**Incampus**, fev. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/agencia/images/incampus/incampus-2-2-12.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2015.

FUJITA, Mariângela S. L. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 97-112, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33/1514>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório J. Varvakis. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação a distância. **Ciência da informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002.

GICO, Vânia de Vasconcelos. **Contexto social, estrutura universitária e biblioteca**: o caso da UFPE. Recife, 1990. 213 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Pernambuco.

GUIZALBERTH, Alex Gomes. Biblioteca escolar: projeto biblioteca ativa, uma oportunidade de criar. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. P. 88-93. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte.

JAKOBSON, R. "Lesembrayeurs, lescatégories verbales et leverberusse", 1963. In: BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Análise do discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena Bonito Couto.; ATIK, Maria Luiza Guarnieri (orgs.) **Língua, literatura e cultura em diálogo**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

LANCASTER, F. W. Ameaça ou oportunidade? O futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n.1, p. 7-27, jan./jun. 1994.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p.

LE MOS, A. A. B.; MACEDO, V. A. A. A posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 167-174, jul./dez. 1974.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Klecius Leoncio de. **Aplicabilidade de ferramentas da Web às bibliotecas**. João Pessoa: UFPB, 2011. 61 f.

LÓPEZ YEPEZ, José. Universidad y socialización del saber, ventajas y retos del formato electrónico. **Scire**, Zargoza, v. 6, n. 1, p. 11-30, en/jun 2000. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1122>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

LUBISCO, Nídia M. **Biblioteca universitária**: elementos para o planejamento, avaliação e gestão. Salvador: EDUFBA, 2011. 263 p.

MALDIDIER, D. “Éléments pour une histoire de l’analyse du discours en France”. In: Jacques Guilhaumou et al. **Discours et archive**. Expérimentations en analyse du discours. Liège: Mardaga, 1994.

MARCONDES, C. H.; MENDONÇA, M. A.; CARVALHO, S. M. Serviços via Web em bibliotecas universitárias brasileiras. **Perspectivas**: ciência da informação, Belo Horizonte, v.11, n. 2, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.eci.ufmg.br>> Acesso em 30 mar. 2015.

MARDERO ARELLANO, Miguel Ángel. Serviços de referência virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.2, p. 7-15, maio/ago. 2001.

MARTINS, W. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca, 2002. In: SANTOS, Josiel Machado. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

MCGARRY, K. J. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.

MINISTÉRIO de Educação e Cultura. Comissão Nacional de Educação Superior. **Avaliação de cursos de graduação**: instrumento. Brasília: MEC, 2006. 117 p.

MORAES, Rubens Borba de. Livros e bibliotecas no Brasil Colonial, 1979. In: SANTOS, Josiel Machado. *Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico*. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

MORIGI, V.; SOUTO, L. R. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.acbsc.org.br/revista/ojs/include/getdoc.php?id=490&article=131&mode=pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

NOVELLI, Valéria Aparecida Moreira; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; GRACIOSO, Luciana de Souza. Mediação da informação em websites de bibliotecas universitárias brasileiras: referencial teórico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 142-166, jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/informação>>. Acesso em: 24 maio 2015.

ORTEGA, Cristina D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br>. Acesso em: 16 fev. 2015.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PEREZ- RIOJA, José Antônio. El libro y la biblioteca, 1952. In: SANTOS, Josiel Machado. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

PINHEIRO, Carlos. **História das bibliotecas**. 2007. 56 slides. Disponível em: <pt.slideshare.net/ladonordeste/histria-das-bibliotecas> Acesso em: 16 jun. 2015.

PRUSAK, L. Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Tradução: Bernadete Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998. **Informação & Informação**, Londrina, v.4, n. 1, p. 53-58, jan./jun. 1999

RODRIGUES, Eloy. **Bibliotecas virtuais e cibertecários**. Universidade do Ninho, 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/423/1/CIBERPUB.HTM>> Acesso em: 17 jul. 2015.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

_____. O processo histórico evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.8, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SAUNDERS, Laverna. The virtual library today, 1992. In: LIMA, Klecius Leoncio de. **Aplicabilidade de ferramentas da web às bibliotecas**. João Pessoa: UFPB, 2011. p. 30.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWEITZER, Fernanda; RODRIGUES, Rosângela S. Teses e dissertações em tecnologias de informação e comunicação integradas com a educação: uma análise da BDTD do IBICT. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 90-111, jul./dez., 2010.

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, jun. 1977. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1564/1179>>. Acesso em: 23 set. 2015.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. Visão panorâmica do planejamento de sistemas de bibliotecas universitárias. In: SIMPÓSIO SOBRE O PLANEJAMENTO DE SISTEMAS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Anais...**, Brasília, 25 a 30 de Janeiro de 1981. Brasília: CAPES, 1981. p. 53-60.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3. 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.csouza952.com.br/IIICIB.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015

UNESCO. **UNESCO/IFLA School Library Manifesto**. Disponível em:
<http://www.unesco.org/webworld/libraries/manifestos/school_manifesto.html>
Acesso em: 15 ago. 2015.

VALENTIM, Marta. **Bases legais para a conceituação de biblioteca**. Brasília:
Senado Federal/Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 2014. Disponível em:
<www19.senado.gov.br> Acesso em: 02 set. 2015

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro:
Editora Interciência, 2014. 305 p.

ANEXO A

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Conversão da MPv nº 147, de 2003

Institui o Sistema Nacional de
Avaliação da Educação Superior –
SINAES e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

§ 2º O SINAES será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;

II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;

III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação referida no **caput** deste artigo constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

§ 1º Na avaliação das instituições, as dimensões listadas no **caput** deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, devendo ser contemplada, no caso das universidades, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento, pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa **in loco**.

§ 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 4º A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

§ 2º A avaliação dos cursos de graduação resultará na atribuição de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da

evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

§ 6º Será responsabilidade do dirigente da instituição de educação superior a inscrição junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

§ 7º A não-inscrição de alunos habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeitará a instituição à aplicação das sanções previstas no § 2º do art. 10, sem prejuízo do disposto no art. 12 desta Lei.

§ 8º A avaliação do desempenho dos alunos de cada curso no ENADE será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento.

§ 9º Na divulgação dos resultados da avaliação é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

§ 10. Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento.

§ 11. A introdução do ENADE, como um dos procedimentos de avaliação do SINAES, será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

I – 1 (um) representante do INEP;

II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;

IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;

V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;

VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;

VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

Art. 8º A realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 9º O Ministério da Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos.

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o **caput** deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;

III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.

§ 3º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§ 4º Da decisão referida no § 2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§ 5º O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no § 3º deste artigo.

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da

publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 13. A CONAES será instalada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Quando da constituição da CONAES, 2 (dois) dos membros referidos no inciso VII do **caput** do art. 7º desta Lei serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos.

Art. 14. O Ministro de Estado da Educação regulamentará os procedimentos de avaliação do SINAES.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se a [alínea a do § 2º do art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961](#), e os [arts 3º e 4º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995](#).

Brasília, 14 de abril de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Este texto não substitui o publicado no DOU de 15.4.2004

ANEXO B

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

[\(Vide Adin 3324-7, de 2005\)](#)

[\(Vide Decreto nº 3.860, de 2001\)](#)

[\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#)

[\(Vide Lei nº 12.061, de 2009\)](#)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [\(Regulamento\)](#)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. [\(Vide Lei nº 10.870, de 2004\)](#)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

ANEXO C**DECRETO-LEI Nº 9.388, DE 20 DE JUNHO DE 1946**

Cria a Universidade do Recife e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I***DA UNIVERSIDADE DO RECIFE***

Art. 1º É criada a Universidade do Recife com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, instituição de ensino superior, como pessoa jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, nos termos da legislação federal e do Estatuto, que a regulamentará.

Art. 2º A Universidade do Recife compor-se-á, inicialmente, dos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

1. Faculdade de direito do Recife, fundada por lei de 11 de Agosto de 1827 e instalada em 15 de Maio de 1828.
2. Escola de Engenharia de Pernambuco, fundada no ano de 1896.
3. Faculdade de Medicina do Recife, e Anexas de Odontologia e Farmácia. fundada no ano de 1914.
4. Escola de Belas Artes de Pernambuco. fundada no ano de 1932.
5. Faculdade de Filosofia do Recife, fundada no ano de 1939.

§ 1º A Faculdade de Direito do Recife é instituto federal, criado e mantido pelo Governo Federal.

§ 2º Os demais estabelecimentos numerados neste artigo são organizações livres, reconhecidos pelo Governo Federal.

§ 3º A Faculdade Estadual de Filosofia, de criação autorizada, pelo Governo do Estado de Pernambuco, pelo Decreto-lei nº 1.390, de 10 de Junho de 1946, será incorporada à Universidade do Recife, logo que seja reconhecida pelo Governo Federal.

§ 4º Poderá a Universidade criar ou incorporar, nos termos deste Decreto-lei, outras escolas de ensino superior, se reconhecidas pelo Governo Federal, e institutos técnicos-científico, ou de cultura extensiva, e estabelecer acordos com entidades e organizações oficiais ou privadas.

CAPÍTULO II

DO PATRIMÔNIO E SUA UTILIZAÇÃO

Art. 3º O patrimônio da Universidade será formado:

a) pelos bens móveis e imóveis, pertencentes ao Domínio da União, e utilizados pela Faculdade de Direito do Recife em cuja posse continuará, ou de outros institutos federais que venham a ser incorporados à Universidade, os quais lhe serão transferidos. em consequência da execução deste decreto-lei;

b) pelos bens e direitos que adquirir;

c) por legados e doações regularmente aceitos;

d) pelos saldos das rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para a conta patrimonial.

Art. 4º As unidades universitárias, que não forem mantidas pelo Governo Federal, continuarão na posse dos respectivos patrimônios e usufruirão as rendas e receitas próprias, respeitadas as normas fixadas pelo Estatuto da Universidade do Recife o ato de incorporação e as disposições dos regimentos de cada uma.

Parágrafo único A disposição deste artigo aplica-se ao patrimônio, receita e rendas próprias de quaisquer unidades universitária.

Art. 5º A aquisição, pela Universidade, de bens patrimoniais, independe de aprovação do Governo Federal, mas a alienação deles, quando a ela pertencentes ou a unidades mantidas pelos cofres públicos, somente poderá ser efetivada após expressa homologação do Presidente da República, ouvido o Ministro da Educação e Saúde.

Art. 6º A Universidade, ou qualquer de suas unidades poderá receber legados e doações. com ou sem encargo, inclusive para a constituição de fundos especiais, ampliação de instalações ou custeio de serviços determinados.

Art. 7º Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados para a realização de objetivos próprios a sua finalidade; será permitida porem, a aplicação de uns e outros para a obtenção de rendas destinadas ao mesmo fim.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º A administração da Universidade do Recife será exercida pelos seguintes órgãos:

1. Assembléia Universitária.
2. Conselho de Curadores.
3. Conselho Universitário.
4. Reitoria.

Art. 9º A Assembléia Universitária composta por professores catedráticos e docentes-livres um representante de cada instituto técnico-científico, um do pessoal administrativo um do corpo discente de cada unidade, na forma a ser prescrita pelo Estatuto da Universidade.

Art. 10. A Assembléia Universitária se reunirá, ordinariamente duas vezes por ano, nas épocas fixadas no seu Estatuto, e, extraordinariamente, quando convocada pelo Reitor, para tratar de assunto de alta relevância, que interesse a vida conjunta das unidades universitárias.

Art. 11. Competirá à Assembléia Universitária :

- a) tomar conhecimento do plano anual dos trabalhos da Universidade;
- b) tomar conhecimento aos relatórios das atividades e realizações do ano anterior;
- c) assistir à entrega dos diplomas honoríficos e de doutor e de professor;
- d) eleger o seu representante no Conselho de Curadores.

Art. 12. Constituem o Conselho de Curadores:

- 1) o Reitor da Universidade, como presidente;
- 2) dois representantes do Conselho Universitário;
- 3) um professor catedrático representante da Assembléia Universitária;
- 4) um representante da associação de antigos alunos da Universidade;
- 5) um representante das pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações à Universidade;
- 6) um representante do Ministro da Educação e Saúde.

Art. 13. São atribuições do Conselho de Curadores:

- a) aprovar os orçamentos da Universidade;
- b) autorizar as despesas extraordinárias, não previstas nos orçamentos;
- c) aprovar a prestação de contas de cada exercício, feita ao Reitor pelos diretores das unidades universitárias;
- d) aprovar a prestação final de contas, anualmente apresentada pelo reitor, a fim de ser enviada ao Ministro da Educação e Saúde;
- e) resolver sobre aceitação de legados e doações;

- f) autorizar acordos entre as unidades universitárias e sociedades industriais, comerciais ou particulares, para a realização de trabalhos ou pesquisas;
- g) aprovar a tabela do pessoal extraordinário e as normas propostas para a sua admissão ou dispensa;
- h) autorizar a criação de prêmios pecuniários, propostos pelo Conselho Universitário ;
- i) autorizar a abertura de créditos especiais ou suplementares.

Art. 14. Constituem o Conselho Universitário:

- 1) o Reitor, como presidente;
- 2) os diretores de cada uma das unidades universitárias, de ensino superior;
- 3) um representante de cada uma das congregações das mesmas unidades;
- 4) um representante dos docentes-livres, eleito pelos seus representantes junto às congregações, em sessão convocada e presidida pelo Reitor;
- 5) um representante dos corpos docentes de cada uma das escolas anexas de Odontologia e Farmácia;
- 6) um representante do diretório central dos estudantes;
- 7) um representante dos institutos técnico-científicos da Universidade.

Art. 15. Ao Conselho Universitário compete:

- a) exercer, como órgão deliberativo a jurisdição superior da Universidade;
- b) aprovar os regimentos organizados para cada uma das unidades universitárias;
- c) aprovar as propostas dos orçamentos anuais das unidades universitárias, mantidas ou subvencionadas pela União ou pela Universidade, remetidas ao Reitor pelos respectivos diretores:
- d) aprovar a proposta de orçamento anual da Reitoria e suas dependências;
- e) submeter ao Conselho de Curadores, para autorização das despesas, os contratos de professores:
- f) autorizar as alterações de lotação dos funcionários administrativas da Reitoria e das unidades universitárias quando mantidas ou subvencionadas pela União ou pela Universidade propostas pelo Reitor;
- g) resolver sobre os mandatos universitários e sobre os cursos e conferências de extensão;
- h) deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral e aprovar iniciativas ou modificações no regime do ensino e pesquisas não determinadas em regimento,

propostas por qualquer das unidades universitárias, respeitados os limites em que se exercita a autonomia universitária;

- i) decidir sobre a concessão dos títulos honoríficos da Universidade;
- j) propor ao Conselho de Curadores a criação e concessão de prêmios pecuniários ou honoríficos, destinados ao estímulo e recompensa das atividades universitárias;
- k) deliberar, em grau de recursos, sobre a aplicação de penalidades;
- l) deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva, inclusive sobre fechamento de cursos e mesma de quaisquer unidades universitárias;
- m) eleger seu representante no Conselho de Curadores;
- n) informar os recursos interpostos sobre concursos para professores;
- o) deliberar sobre questões omissas do Estatuto e dos regimentos internos.

Art. 16. A Reitoria é o órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende todas as atividades universitárias.

§ 1º O Reitor será nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário.

§ 2º A nomeação do Reitor se fará, pelo prazo de três anos, podendo ser reconduzido, obedecido o preceito do parágrafo anterior.

§ 3º Quando a escolha, do Reitor recair em um dos diretores das unidades universitárias, passará êle o exercício da diretoria ao seu substituto legal. enquanto durar o impedimento, cabendo a este a remuneração pelo exercício da função.

Art. 17. São atribuições do Reitor, dentre outras que o Estatuto estabelecer:

- a) convocar e presidir as reuniões da Assembléia Universitária, do Conselho de Curadores e do Conselho Universitário;
- b) organizar, ouvidos os diretores das unidades universitárias, os planos de trabalho anual, e submetê-los ao Conselho Universitário;
- c) organizar os projetos de orçamento anual, submetendo-os ao Conselho de Curadores;
- d) homologar as propostas de orçamento anual das unidades não mantidas nem subvencionadas pela União;
- e) administrar as finanças da Universidade, nos termos deste decreto-lei;

- f) admitir, transferir e dispensar o pessoal extranumerário, mantido pelos recursos próprios da Universidade
- g) remover, de acordo com as, conveniências do serviço, o pessoal administrativo das unidades universitárias mantidas pela União;
- h) apresentar ao Conselho de Curadores, anualmente ou quando solicitado, completo relatório da situação orçamentária e das atividades universitárias;
- i) exercer o poder disciplinar, na forma do Estatuto da Universidade.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 18. Os recursos para a manutenção e desenvolvimento dos serviços da Universidade, conservação, renovação e ampliação de suas instalações serão provenientes:

- a) das dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pelos poderes públicos, na forma do art. 22;
- b) das rendas patrimoniais e receitas próprias;
- c) das dotações que, a título subvenção, lhe atribuíram os poderes públicos;
- d) das doações que, a esse título receber de pessoas físicas ou jurídicas;
- e) das rendas provenientes de bens patrimoniais;
- f) da retribuição das atividades remuneradas dos laboratórios e quais quer outros serviços;
- g) das taxas e emolumentos escolares;
- h) da receita eventual.

CAPÍTULO V

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 19. O regime financeiro da Universidade obedecerá aos seguintes preceitos:

- a) o exercício financeiro coincidirá com o ano civil;
- b) o orçamento, embora unitário, discriminará a receita e despesa das diversas unidades universitárias, tendo em vista o que dispõe o art. 4º deste decreto-lei, as normas que forem prescritas no Estatutos, a respeito, e a situação financeira peculiar a cada uma delas;
- c) a proposta orçamentária será justificada com a indicação dos planos de trabalho correspondentes;

d) os saldos de cada exercício serão lançados no fundo patrimonial ou em fundos especiais, na conformidade do que estabelecer o Estatuto;

e) durante o exercício financeira, poderão ser abertos créditos adicionais, desde que as necessidades do serviço o exijam e haja recursos disponíveis.

Art. 20. Para realização de planos cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se, nos orçamentos seguintes, as respectivas dotações.

Art. 21. A prestação anual de contas será feita até o fim do mês de fevereiro do ano seguinte conterà, além de outros, os seguintes elementos:

- a) o balanço patrimonial;
- b) o balanço financeiro;
- c) o quadro comparativo entre a receita estimada e a realizada;
- d) o quadro comparativo entre a despesa fixada e a realizada.

Art. 22. A lei, que fixar anualmente a despesa da União, consignação a subvenção necessária ao pagamento de todo o pessoal permanente e extranumerário da Reitoria e da Faculdade de Direito do Recife, as subvenções porventura concedidas aos outros estabelecimentos componentes da Universidade, e ainda a verba necessária ao material indispensável, encargos e serviços, obras e equipamentos das mesmas Reitoria e Faculdade.

§ 1º A dotação referente aos servidores públicos lotados na Reitoria e na Faculdade de Direito do Recife será, pela Divisão competente do Ministério da Educação e Saúde, distribuída à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Pernambuco, a qual efetuará o pagamento segundo as folhas de exercício expedidas pela Reitoria.

§ 2º A dotação destinada, às subvenções aos demais estabelecimentos e ao material, encargos e serviços, obras e equipamentos, da Reitoria e da Faculdade de Direito do Recife, será depositada, no início de cada exercício financeiro, no Banco do Brasil, filial de Pernambuco, à disposição do Reitor da Universidade o qual movimentará dita conta por meio de cheque, a medida das necessidades.

§ 3º A subvenção, porventura concedida aos demais estabelecimentos componentes da Universidade do Recife, não mantidos pelo Governo Federal, será consignada por uma verba global, para distribuição pelo Reitor, ouvido o Conselho de Curadores.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. O Estatuto da Universidade, que será, aprovado por decreto, disporá sobre a organização e orientação geral aos trabalhos aquáticos, admissão de professores e alunos, seus direitos e deveres, e regime disciplinar, atendidos os seguintes princípios básicos:

a) a Universidade praticará, sob sua exclusiva responsabilidade, todos os atos peculiares ao seu funcionamento;

b) o regime didático obedecerá aos padrões mínimos estabelecidos na lei federal, salvo quanto à seriação de matérias;

c) as condições gerais da nomeação, licenciamento, demissões, admissões, dispensa e aposentadoria dos servidores públicos, lotações na Universidade, são as estabelecidas na legislação federal;

d) para a nomeação de professores efetivos, não poderá a Universidade dispensar o concurso de títulos e de provas;

e) a Reitoria será o órgão central da Universidade, nos termos que forem prescritos pelo Estatuto desta;

f) a direção de cada um dos estabelecimentos componentes da Universidade será exercida por um diretor, professor catedrático efetivo, indicado pela respectiva congregação, em lista tríplice, organizada nos termos do regimento de cada um, nomeado nos termos do art. 24;

g) as faculdades e escolas de ensino superior, integrantes da Universidade, serão organizadas em departamentos, constituindo-se o professorado em quadros de uma carreira de acesso gradual e sucessivo;

h) os departamentos, a que se refere a alínea anterior, serão dirigidos por um chefe, escolhido entre os respectivos catedráticos, por proposta do diretor e nomeação do Reitor;

i) segundo as conveniências especificadas, essas unidades departamentais instituirão o regime da tempo integral, para professores e auxiliares de ensino.

Art. 24. Os diretores dos estabelecimentos incorporados à Universidade serão nomeados, nos termos da alínea f do art. 23:

a) pelo Presidente da República, tratando-se de instituto mantido ou subvencionado pelo Governo Federal;

- b) pelo governo estadual, tratando-se de instituto mantido pelo mesmo;
- c) pela Reitor, tratando-se de instituto livre não subvencionado pelo Governo Federal ou pelo estadual.

§ 1º O regimento interno de cada instituto fixará o prazo de mandato do respectivo diretor.

§ 2º A posse aos diretores será dada pelo Reitor, perante a Congregação da respectiva faculdade ou escola.

Art. 25. As disposições do Estatuto da Universidade, ou dos regimentos das unidades componentes desta, que, direta ou indiretamente, acarretem para a União obrigações não definidas em lei, serão consideradas insubsistentes enquanto não forem aprovadas pelo Governo Federal.

Art. 26. Ficam assegurados todos os direitos em cujo gozo se acham os membros do corpo docente e demais servidores públicos, administrativos e técnicos, lotados na Faculdade de Direito do Recife, ou em qualquer outra unidade mantida pela União, que venha a ser incorporada à Universidade, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. Todas as ocorrências relativas à vida funcional dos servidores públicos, a que se refere este artigo, serão, ato contínuo, comunicadas à Divisão de Pessoal do Ministério da Educação e saúde, para os devidos assentamentos.

Art. 27. O corpo docente e os servidores das unidades universitárias não mantidas pela União, na data em que forem ou vierem a ser incorporadas à Universidade, continuarão no gozo dos seus direitos e vantagens, não adquirindo, porém, a qualidade de funcionários públicos federais.

Art. 28. O Reitor nomeado tomará posse do cargo perante o Ministro da Educação e Saúde, entrando em exercício do mesmo cargo perante o Conselho Universitário.

Art. 29. Os professores catedráticos tomarão posse nos cargos para que tenham sido nomeados perante Reitor, entrando em exercício perante as congregações dos respectivos institutos.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30. Os atuais cargos e funções gratificadas, existentes na Faculdade de Direito do Recife, serão destacados dos atuais Quadros do Ministério da Educação e Saúde, para constituírem, com os da Reitoria, o Quadro da Universidade do Recife.

Parágrafo único. Serão mantidas tabelas numéricas de extranumerários mensalistas e diaristas da Faculdade referida.

Art. 31. Os saldos dos créditos orçamentários e adicionais destinados no corrente exercício, à Faculdade de Direito do Recife, ora incorporada a Universidade do Recife, serão entregues à Reitoria da mesma Universidade.

§ 1º Os saldos a que se refere este artigo e relativos a créditos distribuídos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Pernambuco, serão entregues à Reitoria, mediante requisição do Reitor ao respectivo Delegado do Fiscal.

§ 2º Ditos saldos serão depositados no Banco do Brasil, pelo Reitor, a fixa de serem movimentados por meio de cheques.

Art. 32. Os atuais diretores das diversas unidades universitárias, nomeados pelo Governo Federal, continuarão no exercício de seus cargos pelo prazo estabelecido neste Decreto-lei. Quanto aos das unidades Universitárias não mantidas pela União continuarão em seus cargos até a extinção dos prazos pelos quais foram eleitos; e se os ocupam sem prazo determinado, até a nomeação dos seus substitutos para o que as respectivas congregações apresentarão as listas tríplices dentro do prazo de trinta dias a contar da instalação da Universidade.

Art. 33. O Conselho de Curadores será instalado quando completo o respectivo corpo, exercendo, até lá suas atribuições, o Conselho Universitárias.

Art. 34. Até que o primeiro Reitor da Universidade do Recife seja nomeado pelo Presidente da República e devidamente empossado, exercendo Reitoria, provisória e cumulativamente, o diretor da Faculdade de Direito do Recife.

Parágrafo único. Até que o Estatuto da Universidade do Recife seja aprovado, nos termos deste Decreto-lei, reger-se-á dita Universidade, no que puder ser aplicado, pelo Estatuto da Universidade do Brasil, e, no mais, pelas leis que regulam o ensino superior do país.

Art. 35. Fica criado, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão R, Reitor da Universidade do Recife.

Art. 36. A Reitoria da Universidade do Recife funcionará, provisoriamente, no edifício da Faculdade de Direito do Recife.

Art. 37. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 20 de Junho de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

EURICO G. DUTRA.

Ernesto de Souza Campos.

Gastão Vidigal.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/06/1946.